

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia

ANO LXX

FLORIANÓPOLIS, 7 DE ABRIL DE 2021

NÚMERO 7.824

MESA

Mauro de Nadal
PRESIDENTE

Nilso Berlanda
1º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
2º VICE-PRESIDENTE

Ricardo Alba
1º SECRETÁRIO

Rodrigo Minotto
2º SECRETÁRIO

Padre Pedro Baldissera
3º SECRETÁRIO

Laércio Schuster
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: José Milton Scheffer
Vice-Líder:

**BLOCO PARLAMENTAR
MDB/NOVO**

Lideranças dos Partidos
MDB NOVO
Valdir Cobalchini Bruno Souza

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO PSD/PSC

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos:
PSD PSC
Ismael dos Santos Jair Miotto

BLOCO PARLAMENTAR PSL/PL

Líder: Ana Campagnolo
Lideranças dos Partidos:
PSL PL
Ana Campagnolo Ivan Natz

BLOCO PARLAMENTAR PP/PSB

Líder: João Amin
Lideranças dos Partidos:
PP PSB
Silvio Dreveck Nazareno Martins

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO REPUBLICANO PDT/PSDB/PR

Líder: Marcos Vieira
Lideranças dos Partidos:
PDT PSDB
Paulinha Dr. Vicente Caropreso
PR
Sérgio Motta

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Milton Hobus - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Valdir Cobalchini
Maurício Eskudlark
Coronel Mocellin
Fabiano da Luz
Paulinha
José Milton Scheffer
João Amin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Jerry Comper
Ana Campagnolo
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Jair Miotto
João Amin

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jerry Comper
Romildo Titon
Ivan Natz
Luciane Carminatti
Milton Hobus

COMISSÃO DE PESCA

E AQUICULTURA
Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Volnei Weber
Neodi Saretta
Dirce Heiderscheidt
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Volnei Weber - Presidente
Sargento Lima - Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Marcius Machado
Fabiano da Luz
Paulinha
Julio Garcia
Jair Miotto
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DEFESA

**DOS DIREITOS DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA**
Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Fernando Krelling
Dirce Heiderscheidt
Marcius Machado
Luciane Carminatti
Marlene Fengler

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Ada De Luca
Sargento Lima
Dr. Vicente Caropreso
Fabiano da Luz
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Jerry Comper
Bruno Souza
Sargento Lima
Ana Campagnolo
Marlene Fengler
Julio Garcia
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Volnei Weber
Coronel Mocellin
Neodi Saretta
Marcos Vieira
Marlene Fengler

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Ada De Luca - Vice-Presidente
Bruno Souza
Ivan Natz
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
João Amin

COMISSÃO DE TURISMO

E MEIO AMBIENTE
Ivan Natz - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Fabiano da Luz
Paulinha
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Jessé Lopes
Dr. Vicente Caropreso
Julio Garcia
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DEFESA DOS

DIREITOS DO IDOSO
Sérgio Motta - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Romildo Titon
Felipe Estevão
Jair Miotto
Nazareno Martins

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jerry Comper - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Volnei Weber
Jessé Lopes
Fabiano da Luz
Sérgio Motta
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Coronel Mocellin - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Ada De Luca
Bruno Souza
Fabiano da Luz
Milton Hobus
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ana Campagnolo
Fernando Krelling
Dr. Vicente Caropreso
Ismael dos Santos
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA
Paulinha - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Romildo Titon
Bruno Souza
Marcius Machado
Julio Garcia
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ada De Luca
Valdir Cobalchini
Maurício Eskudlark
Jair Miotto
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO

ADOLESCENTE
Marlene Fengler - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Fernando Krelling
Dirce Heiderscheidt
Felipe Estevão
Neodi Saretta
Jair Miotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO

E COMBATE ÀS DROGAS
Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Volnei Weber
Jessé Lopes
Luciane Carminatti
Sérgio Motta
Jair Miotto

COMISSÃO DE ASSUNTOS

MUNICIPAIS
Romildo Titon - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Jerry Comper
Ana Campagnolo
Neodi Saretta
Marlene Fengler
Silvio Dreveck

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EXPEDIENTE</p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIX NESTA EDIÇÃO: 33 PÁGINAS</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>ATAS..... 2 ATAS DE PLENÁRIO2 ATOS DA MESA..... 22 ATOS DA MESA22 PUBLICAÇÕES DIVERSAS . 25 DESPACHO25 PORTARIAS25 PROJETOS DE LEI..... 32 REQUERIMENTO33</p>
---	---	--

A T A S

ATAS DE PLENÁRIO

ATA DA 004ª SESSÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2021, CONVOCAÇÃO DO SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA-SC PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro de Nadal) - Boa tarde a todos. Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Senhoras deputadas, senhores deputados, a presente sessão especial foi convocada através do requerimento dos senhores deputados Kennedy Nunes e Sargento Lima, e aprovada pelos demais parlamentares, para ouvir o senhor Secretário da Segurança Pública, Charles Alexandre Vieira, que prestará esclarecimentos sobre os critérios de distribuição dos novos policiais, e quantos serão destinados para cada município de Santa Catarina.

Como é de praxe aqui no Parlamento catarinense, passo a palavra para a condução dos trabalhos aos autores, neste caso, quem irá presidir os trabalhos é o Deputado Sargento Lima. Vossa excelência está com a palavra, Deputado. Seja bem-vindo, Charles Alexandre Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Muito boa tarde. Obrigado senhor Presidente, demais deputadas e deputados.

Agradeço também a disposição do senhor Secretário Charles Alexandre Vieira. Antecipadamente quero dizer que ontem tive a oportunidade de ir até o Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, onde fui atendido pelo comandante-geral Dionei Tonet, para além desse assunto, tratar outros assuntos, mas esse, de forma bem específica.

Problema esse gerado a partir de uma lista que foi amplamente divulgada em grupos, enfim, chegou à mão de todos, e que nessa lista de distribuição haveria uma discrepância numérica entre regiões. E dali por diante, entre conversas com demais deputados e prefeitos de várias cidades, comandantes de região, de batalhão e de companhia, que nós tivemos oportunidade de conversar, ficou suspensa essa dúvida no ar, senhor Secretário. Então seria importante que a gente fizesse isso, até para deixar às claras, um esclarecimento. É óbvio que existe um questionamento acerca de saber o que é uma reposição, quais desses militares estão indo para aonde, frisando-se bem essa questão de reposição e o que não é reposição, o que é que vai a mais para cada cidade.

O *layout* dessa reunião se dará da seguinte forma: o senhor terá quinze minutos para uma exposição, e já deve saber o motivo do nosso convite, chegou através de ofício. Posteriormente, o outro proponente do convite, Deputado Kennedy Nunes, terá o tempo de cinco minutos, e a partir dali nós teremos o posicionamento das bancadas, que irão indicar quais os deputados que irão fazer as suas perguntas, caso ainda restem dúvidas após a exposição de motivos de vossa excelência. Mais uma vez, seja bem-vindo secretário Charles, o senhor tem a palavra por quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Boa tarde a todos, quero cumprimentar o Sr. Presidente Mauro de Nadal, e em nome dele cumprimentar todos os excelentíssimos deputados presentes nessa sessão, com a satisfação de estar participando e poder prestar os esclarecimentos necessários relativos às vagas e distribuição do efetivo da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. Cabe salientar a todos que a Lei 741, de 2019, que criou o Colegiado Superior de Segurança Pública, estabelece em seu Artigo 43, parágrafo único, que cabe a Segurança Pública promover atuação conjunta, coordenada e sistêmica, integrada da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e do Instituto Geral de Perícias, em articulação com a sociedade. No parágrafo único, fala que ficam preservadas a autonomia e as competências relativas à gestão interna da Polícia Militar de Santa Catarina, da Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Instituto de Perícias, no tocante a finanças, contabilidade, as pessoas e ao apoio operacional. Quero aqui dar ênfase que o Colegiado Superior de Segurança Pública, nós não temos a figura de um secretário de Segurança Pública no Estado de Santa Catarina, e sim um presidente do Colegiado Superior de Segurança Pública, ao qual no ano de 2019, em seu primeiro ano, o comandante-geral da Polícia Militar, à época o Coronel Araújo Gomes era o presidente do colegiado. No segundo ano, o delegado-geral da Polícia Civil, Paulo Queires, foi o presidente do colegiado. Nesse terceiro ano, cabe ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar ser o presidente do colegiado. E no último ano, ao diretor-geral do Instituto Geral de Perícias.

Nesse formato, quero salientar também que nós nos reunimos todas as segundas-feiras, aqui na Secretaria de Segurança Pública, onde observamos todos os índices da Segurança Pública, em todos os tipos de crimes no Estado, e observamos, conversamos, debatemos sobre os índices e sobre o que pode ser melhorado, para os índices melhorarem ainda mais aqui em todo o Estado. É um modelo único em todo o Brasil, um modelo onde os próprios dirigentes da Segurança Pública do Estado é quem dirigem a secretaria, é quem presidem o colegiado, e é quem tomam as decisões colegiadas para trazer mais segurança a Santa Catarina. Cabe salientar que perante a esses esclarecimentos solicitados pelos nobres deputados, nós remetemos um expediente à Polícia Militar, e solicitamos que a Polícia Militar, que gestora do seu pessoal, pudesse nos informar quais os critérios que a Polícia Militar utilizou para fazer essa distribuição. Então passo aqui, agora, senhores deputados, a ler o documento recebido da Polícia Militar, e que esclarece esse pedido dos senhores com relação à distribuição dos quinhentos soldados que se formaram na última escola de soldados da Polícia Militar.

As movimentações dos soldados atenderão - ou atendem - aos estudos técnicos de distribuição de efetivo, os quais levam em consideração, dentre outros aspectos, critérios como indicadores populacionais, que é a média de policial militar por habitante das cidades catarinenses, estatísticas de ocorrências e índices relativos a passagem de policiais militares para a inatividade, reserva remunerada ou reformados, ou seja, critérios técnicos de gestão de pessoal, com foco na reposição e equilíbrio do efetivo em todo o Estado catarinense. O critério "população vezes policiais militares" é um indicador onde é analisada a relação entre a população da localidade com um efetivo existente, especificamente, traçamos um quantitativo de efetivo razoável e identificamos alguns incongruentes, e procuramos corrigir na distribuição. O outro indicador, "ocorrência vezes policiais militares", indicador onde é analisada a relação entre a quantidade de ocorrências anuais com o efetivo existente, especificamente o coeficiente encontrado traz uma ligação direta entre a população de um município e os índices de ocorrências, ou seja, um município com uma população maior tem mais ocorrências do que um município com a população menor, naturalmente, em razão de diversos fatores como problemas sociais, conhecidos por todos nós.

Ao analisarmos de forma pura os critérios acima expostos, sem observarmos a relação existente entre eles, podemos incorrer em erros dificilmente remediados a curto prazo, devendo o setor responsável pela gestão de pessoal da instituição fazer um estudo criterioso antes da tomada de decisão. Importante mencionar que antes de vincularmos o direcionamento desses novos soldados para esses municípios, três meses antes abrimos a possibilidade de movimentação dos policiais militares mais antigos, que já estão em determinado município por mais tempo e desejam mudar de local de trabalho. E manifestar opções de novos locais para trabalharem, essas transferências são feitas antes mesmo das movimentações das novas escolas em formação, privilegiando os anseios de policiais que estão há anos esperando a oportunidade de serem movimentados. A possibilidade de movimentação pela "janela", apresentada no parágrafo anterior, interfere diretamente com as ofertas de vagas, uma vez que ela pode ser preenchida anteriormente por um policial militar mais antigo que solicitou, conforme mencionado, deixando de existir a vaga no município de destino, e abrindo vaga no município de origem daquele policial que foi transferido.

Importante mencionar que todos os 295 municípios receberão policiais militares, ação de incremento de efetivo inovadora, visando favorecer também os menores municípios, muitas vezes esquecidos em gestões anteriores. Ressalva-se que outros 500 candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertadas no Edital de Seleção Pública número 42, Comando Geral, de 2019, foram convocados e ingressaram no curso de formação de soldados no Centro de Ensino da Polícia Militar, em 15 de fevereiro de 2021, com previsão de formatura para dezembro de 2021. Tal efetivo, após formado, reforçará de igual forma o efetivo de policiais militares em todas as regiões do nosso Estado. Esse foi o documento que o Comando da Polícia Militar me enviou, informando como vão ser feitas as transferências dos 500 policiais militares que se formaram.

Em anexo, também me encaminharam uma distribuição desses quinhentos policiais, por região por policial militar, onde a primeira região por policial militar, que é a região de Florianópolis e Grande Florianópolis, receberá 39 policiais militares; a segunda região, que é Lages e municípios ao redor, 55 policiais militares; a terceira região por policial militar, que é Balneário Camboriú, Itajaí e região, 79 policiais militares; a quarta região, que compreende Chapecó e municípios ao redor, 61 policiais militares; a quinta região, Joinville e região, receberá 26 policiais militares; a sexta região, Criciúma e arredores, 36 policiais militares; a sétima região, que é Blumenau, 60 policiais militares, para toda a região, é claro; a oitava região, que é Tubarão e região, 29 policiais militares; a nona região, que é São Miguel do Oeste e região, 37 policiais militares; a décima região, Joaçaba e região, 37 policiais militares; a décima primeira região, São José e região, 28 policiais militares; e a décima segunda região por policial militar, Jaraguá do Sul, 13 policiais militares, totalizando os 500 policiais que se formaram.

Então, senhores, vossas excelências, nós aqui repassamos o expediente que a Polícia Militar nos encaminhou com relação às transferências dos 500 policiais militares que se formaram. Cabe salientar que a gestão de pessoal relativo à Polícia Militar, conforme o Artigo 43, da Lei 741, de 2019, cabe à Polícia Militar, então nesse formato de colegiado superior de segurança pública, tanto a polícia, como o bombeiro, como o IGP, como a Polícia Civil, os seus gestores são os responsáveis pela quantidade de vagas, em cada município, e pela transferência desses policiais militares, bombeiros militares, policiais civis e Instituto Geral de Perícia. *[Transcrição: Northon]*

Quero aqui, também, trazer a informação que, nesses três anos de governo, nós tivemos a inclusão, na Polícia Militar, no ano de 2019, de 584 agentes temporários; em 2020, 80 cadetes e 526 soldados; em 2021, 547 soldados que vão se formar, em dezembro de 2021, totalizando na Polícia Militar 1.737 policiais militares. No Corpo de Bombeiros Militares, no ano de 2019, 164 praças, e no ano de 2020, 95 praças, totalizando 259 Bombeiros Militares. Na Polícia Civil, no ano de 2019, 45 agentes, 35 delegados e 41 escrivães; no ano de 2020, um agente e um delegado; no ano de 2021, 98 agentes e 79 escrivães, totalizando 300 policiais civis. E no Instituto Geral de Perícias, no ano de 2019, 57 peritos criminais, sete peritos criminais bioquímicos, 30 peritos médicos-legistas, um perito odontologista e dois técnicos periciais; em 2020, um perito criminal, dois peritos médicos-legistas, um auxiliar criminalista, totalizando 99 funcionários do IGP. No total geral foram incluídos 2.395 novos integrantes nas forças da segurança pública.

Então senhores, esses são dados que trago para que os senhores possam ter ciência daquilo que foi feito na segurança pública, nesses dois anos e três meses, no novo governo, deste Governo. E que possam servir de subsídio pra fazer outros esclarecimentos aos nobres Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) -Obrigado, Secretário! Agora, seguindo nosso cronograma de trabalho aqui, fará uso da palavra, por cinco minutos, o Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - A todos e a todas, boa tarde! Boa tarde, secretário! Na verdade, Deputado Lima, nós queríamos a presença do Comandante da Polícia Militar para que pudesse estar aqui respondendo. Mas como o Regimento só permite a convocação de Secretários, coube ao Comandante dos Bombeiros, que agora é o que responde pelo colegiado da Secretaria da Segurança Pública. Na minha opinião, mais um erro deste Governo de fazer essas questões, exclusivamente, porque chega num momento como este, Deputada Marlene, e a gente não tem.

Com todo respeito, Coronel Charles, muito obrigado por ter atendido a convocação para estar aqui. Não vou fazer nenhuma pergunta relacionada à Polícia Militar, porque nós tivemos aqui a leitura da resposta e, pelo visto, qualquer pergunta, um pouco mais aprofundada, vossa excelência, por não ser da Polícia Militar, e sim, ser dos Bombeiros, não vai ter condições de responder. Para mim, fica prejudicado, Presidente. Eu, no mínimo, achava que seria de boa índole do Comandante da PM estar junto com o Secretário porque, na verdade, ele poderia responder essas coisas ali.

Eu nunca vi, nunca vi, na história, eu estou aqui há 14 anos, nunca vi, na história, um Secretário que é convocado para vir ao plenário, e que traz uma carta para ler de uma outra pessoa. Não, não, não se tem, isso vai ficar registrado aqui na Casa. Mas não tenho nenhuma pergunta, até por conta de que já fiz isso com relação à distribuição.

Mas eu queria perguntar algo relacionado a sua área, Coronel Charles, há muitas reclamações que estamos tendo com relação à escala dos bombeiros. Se o senhor pudesse explicar um pouco, eu acho que isso o senhor pode explicar porque é da sua alçada. Então, eu quero aproveitar sua presença aqui e perguntar um pouquinho sobre a escala dos bombeiros, já que fico prejudicado em relação à Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Boa tarde, Deputado! Com certeza esse assunto da escala de serviço é um assunto que a gente já vinha conversando, durante os dois anos, praticamente, que estou à frente do comando-geral do Corpo de Bombeiros, nós fizemos um estudo, através do nosso Estado Maior no ano passado.

Esse estudo que nós fizemos, o fizemos para poder aplicar, a partir do momento que nós tivermos o efetivo suficiente, uma nova escala, onde os bombeiros militares cumprirão uma jornada conforme a legislação de 200 horas mensais. Esse estudo foi feito, nós estamos com uma escola formada, que foi distribuída agora. Tem mais uma escola que se forma, em final de abril, ela se formaria somente em maio, nós adiantamos a formação dessa escola para final de abril. E quero aqui assumir o compromisso que, em maio, nós mudaremos todas as escalas do Corpo de Bombeiros para escala de 24 horas de trabalho/72 horas de folga, que é escala solicitada por todos os nossos bombeiros militares.

Quero aqui dizer que isso foi um trabalho hábil do nosso Estado Maior, fez um estudo, e toda a distribuição do efetivo agora, nessa escala, foi pautada no cumprimento dessa demanda, ou seja, os Municípios que irão receber soldados do Corpo de Bombeiros, são aqueles Municípios que precisam de bombeiros militares para poderem implementar essa escala.

Hoje nós já estamos funcionando em fase de teste dessa escala em quatro batalhões: no batalhão de São José e região; no batalhão de Lages; no batalhão de Chapecó e, se eu não me engano, no batalhão de Florianópolis. Esses batalhões já estão aplicando essa escala, e todos os outros batalhões, a partir de maio, aplicarão também essa escala fazendo aqui cumprir aquilo que eu conversei, que nós planejamos, que estava no nosso planejamento como comandante-geral do Corpo de Bombeiros para atender uma necessidade da nossa tropa.

Quero aqui dizer que nós, como gestores, Deputado, nós trabalhamos sempre buscando atender às necessidades para que a nossa tropa possa prestar um serviço de excelência, como vem prestando. Então sempre que nós trabalhamos é na busca de recursos, de materiais, de equipamentos, de reposição salarial, de busca com mais efetivo, para que a gente possa, cada vez mais, atender melhor a sociedade catarinense. Essa é a nossa missão como gestores!

O senhor e os demais deputados podem ter certeza de que este comandante, e eu falo isso, quando eu estou comandante, isso aqui é passageiro, mas, no momento em que eu estiver como comandante, vou sempre buscar melhorias para que nós possamos, cada vez mais, prestar um serviço melhor a toda sociedade catarinense.

Não sei se satisfiz a sua pergunta?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Feito! Com relação à escala, então, a partir de maio, a escala voltará a ser 24/72 horas, é isso.

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Não é voltará, Deputado, ela nunca foi, mas vai passar a ser, vai passar a ser.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Perfeito, perfeito! Obrigado, sobre isso, sim.

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Quanto a sua indagação também, com relação ao comandante-geral da Polícia Militar, não tem problema, se for necessário, posso conversar com o comandante-geral da Polícia Militar, e ele pode, sim, me acompanhar para responder, se for necessário, essas questões que o senhor tão bem pontuou.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu acredito que seria de bom grado se ele tivesse vindo nesta reunião. Eu estou me sentindo aqui, líder do Governo, que nós colocamos o Coronel Charles como um garoto de recado, com todo respeito. Mas alguém que vai levar o recado, ele trouxe uma carta do comandante-geral, e qualquer pergunta que a gente possa fazer agora, um pouco mais específica, ele não vai poder responder, até porque não é a área dele. Portanto fica bastante prejudicado.

Mais uma vez, muito obrigado, Coronel Charles, por receber e atender a nossa convocação! Nada contra o senhor, se há um erro, ou se há algum problema, foi nessa forma que o Governador Carlos Moisés fez, de que não tem alguém que responde. E o nosso Regimento Interno só permite convocar o Secretário, por isso que a gente acabou fazendo a convocação por parte dessa forma.

Com relação à distribuição dos policiais, ainda fica uma dúvida sobre os critérios. Eu queria falar um pouquinho sobre o *software* que a Polícia Militar tem para saber um pouco mais. Porque esse negócio: "ah não, nós estamos repondo aonde saiu." Aí fica complicado! Você vê que determinadas regiões foram extremamente bem sucedidas, e outras não. Fica bastante complicado, mas isso pelo menos para mim não foi suficiente.

Obrigado, mais uma vez, obrigado Coronel Charles! Nada contra o senhor.

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Não sei se eu posso falar mais alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Sim, nós vamos seguir a ordem aqui, Secretário! Só respondendo ao Deputado Kennedy, por questões regimentais, que isso fique bem claro, que a gente pode fazer esse convite somente aos Secretários.

Tendo em vista isso, ontem, fui conversar com o Coronel Dionei, no Comando-Geral, ele se colocou à disposição para vir aqui, porque não foi feito o convite. O convite, ele tem que ser estendido, isso é uma questão de justiça, uma vez que é feito o convite ele virá. Então, de antemão aqui já digo que farei o convite para que ele venha e se possa realmente dissipar essas dúvidas.

Eu vou quebrar o protocolo, eu teria agora cinco minutos pra falar, eu vou passar às bancadas dos partidos, e vou utilizar o último tempo, o meu tempo de cinco minutos no final. Até porque eu tenho questões que eu acredito, sim, que o Secretário de Segurança Pública possa responder.

Então nós vamos seguir a ordem das bancadas, e consulto a bancada do MDB, Deputado Valdir Cobalchini, quem vai fazer o questionamento ao Secretário pela bancada do MDB.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Eu posso fazer, não neste momento, um pouco mais à frente, pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Sim, senhor! A próxima é do PSL, Deputado Mocellin, o senhor tem a oportunidade agora, de três minutos, para fazer a pergunta de vossa excelência.

O SR. DEPUTADO CORONEL MOCELLIN - Obrigado, Sargento Lima. Quero agradecer ao Coronel Charles Alexandre Vieira, presidente do colegiado. E também parabenizar a segurança pública de Santa Catarina pelos índices de redução da criminalidade que temos no Estado.

Eu peguei aqui alguns dados só pra ter uma ideia deste ano em relação ao ano passado. Nós já tivemos 60% de redução de lesões corporais seguida de morte; tivemos 30% de redução de roubos, em Santa Catarina, que dá de 2.200 para 1.500; redução de furtos de 20.000 para 13.000, de 32% de redução; 50% de redução de latrocínios; 20.8% na redução de homicídios, de 144 para 114; e 33% na redução de feminicídio.

De uma forma geral, a gente percebe que a Segurança Pública, em Santa Catarina, está apresentando excelentes resultados. Então, até eu vejo esse modelo que temos hoje, acredito que está dando certo, porque, quando eu estive como comandante-geral, eu também não tinha aquele modelo que era, anteriormente, para mim, como comandante-geral dos Bombeiros, não me era satisfatório, porque tinha muitos entraves, era mais burocrático do que resolução de problemas.

Mas, Coronel Vieira, vamos deixar, eu teria alguns questionamentos, mas como eles são direcionados para a Polícia Militar, mesmo, saber o número de habitantes por policial, em cada região, para saber se está sendo justo. Eu acredito que fica prejudicado para o Coronel Charles, eu vou deixar para fazer posteriormente se o Coronel Dionei, comandante-geral da Polícia Militar vier. *[Transcrição: Taquígrafa Eliana]*

Mais uma vez quero parabenizar o Coronel Charles e toda a equipe da SSP pelos excelentes resultados apresentados na redução da criminalidade na Segurança Pública, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Nós temos aqui por inscrição ainda, o Deputado Berlanda, e na sequência Deputada Luciane Carminatti, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Maurício, Deputada Paulinha e Deputada Marlene Fengler.

Vossa excelência tem a palavra por até três minutos.

O SR. DEPUTADO NILSO BERLANDA - Eu quero cumprimentar o Coronel, o Secretário da Segurança, e quero fazer uma colocação, eu residio na cidade de Curitiba, nós tínhamos ali pequenos municípios como Ponte Alta do Norte, Ponte Alta do Sul, município de Frei Rogério, município de Santa Cecília, de Brunópolis, que têm uma média de três policiais nesses pequenos municípios.

E quando se tem três, sempre tem um de férias, tem a folga do policial num dia, no outro, então na verdade nós temos um policial, nessas cidades, somente trabalhando durante o dia.

Mas isso não é uma grande preocupação minha. O que me preocupa, Coronel, é com o município de São Cristóvão do Sul. Eu estava com a prefeita no dia de ontem, e o Cobalchini conhece bem o município também, a prefeita me levou ao conhecimento, dizendo que são quatro homens que temos lá, e foi solicitado agora nessa nova leva mais um policial. Mas dos quatro, realmente só tem um trabalhando durante o dia, que é aquela escala, é férias, enfim, todo aquele revezamento necessário.

Ocorre, Coronel Charles, que em São Cristóvão do Sul nós temos um presídio com 1800 homens presos. Então, nós temos um policial, na verdade, cuidando do município que tem 1800 detentos. Eu sei que tem a segurança, temos agentes prisionais, temos lá toda segurança do presídio, mas 5 mil habitantes no município, a insegurança é muito grande. Então, eu peço aqui que seja analisada a questão de São Cristóvão do Sul e os pequenos municípios, tanto na questão de viaturas, veículos, bem como também o número de homens.

Este é o pedido que eu quero deixar neste momento ao Secretário. E a grande preocupação que eu tenho com o município de São Cristóvão, ali realmente preocupa todos nós, autoridades. Seria isso Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Obrigado, Deputado Berlanda.

Com a palavra, por três minutos, a Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu quero cumprimentar o comandante Secretário, ou melhor dizendo, quero refazer dois registros aqui.

Primeiro, que o Governo adotou um novo formato de nomeação dos secretários, e essa é uma prerrogativa do Governo, como ele compõe as suas estruturas e cabe a nós também avaliarmos se isso dá resultado ou não.

Mas eu também concordo que me sinto um pouco prejudicada nesse debate, porque eu, inclusive no dia em que o Deputado Lima e Deputado Kennedy fizeram a fala em relação ao número de policiais por região, eu fiz uma fala em relação ao oeste, obviamente cada um pensa mais a sua região, Deputado Berlanda.

E quando eu ouço que a quarta região vai receber 61 policiais, bom, isso pode ser muito, pode ser pouco, pode ser nada, por que eu digo isso? Porque eu precisaria ter um quadro mais transparente quantos tem hoje certo, cruzando com o número de ocorrências, cruzando com a população e o número de policiais que vão entrar na reserva este ano, para que aí sim eu possa ter os elementos suficientes para dizer bom, 61 é razoável. E ainda, Deputado Kennedy, eu faria uma comparação com as outras regiões.

E eu não vou pedir que o senhor faça isso, porque eu acho que é deselegante e não é de sua responsabilidade, com todo respeito que eu tenho ao seu trabalho, e não tenho nada a reclamar, a fazer em relação a isso. Mas acho que tem

duas questões aqui que a gente precisa colocar, colegas deputados, é a segunda convocação que a gente faz em Plenário que nós estamos prejudicados. A primeira foi com relação ao SAMU, que nós só podíamos convocar o Secretário. Secretário falou assim, a empresa que responde não estava presente para fazer, Deputado José Milton, o contraponto, não é.

Agora nós não podemos ter o Secretário, então eu chego à seguinte conclusão, esses temas a gente precisa levar para Comissão, nós vamos ter que levar para Comissão de Mérito, e aí sim, na Comissão de Mérito, nós tratarmos do conjunto do problema, porque eu continuo tendo dificuldade de avaliar, quando eu der entrevistas em Chapecó, se eu comemoro 61, ou se eu lamento, delegado Deputado Maurício. Eu não sei o que dizer, por que de fato não me dá todas as informações suficientes.

Então quero agradecer a sua presença mais uma vez, de forma gentil aqui, mas eu quero dizer que esse é o nosso limite e o Parlamento tem a tarefa de fiscalizar, mas a gente precisa ter as informações para fiscalizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - A senhora tem mais 30 segundos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Obrigada.

Para a gente poder fazer um debate sério sem cometer injustiça, porque eu não quero fazer uma fala aqui, na linha de que a nossa região está prejudicada, se os números provarem que não está. Eu quero ser justa na minha intervenção, muito justa e coerente.

Então, eu quero fazer esse registro aqui, me cabe fazer, mas eu já anuncio que nós devemos fazer esse pedido, Sargento Lima, para a Comissão de Segurança Pública e esclarecer, com todos os números que eu falei. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Deputado José Milton Scheffer, pelo tempo de até três minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado, Deputado Sargento Lima, Deputado Kennedy, proponentes dessa audiência. Cumprimentar o Secretário, o Presidente do Colegiado, Charles Vieira.

Eu comungo também do pensamento da Deputada Luciane, desse novo modelo que foi colocado pelo Governo de gestão do Colegiado de Segurança Pública, que tem sido exitoso, não é, pelo menos até aqui, esse rodízio, troca de ideias, uma administração em conjunto tem trazido bons resultados para Santa Catarina, isso é uma questão a ser avaliado e considerado. Então, já que estamos neste momento, gostaria de fazer essa minha avaliação particular desse novo formato de gestão da segurança pública, os números, eles comprovam isso.

Disse que o Secretário, a maneira de apresentar os dados, isso não é relevante, teve o Secretário Grubba, teve aqui no Governo anterior também, apresentou em tela na última reunião, o Secretário da Saúde trouxe aqui gráficos em tela também. E hoje o Secretário Charles Vieira discorreu sobre os critérios, o número de policiais em cada região, a gente viu que nos municípios de médio porte do Estado, os comandos, os números oscilaram na casa dos 30 policiais de um para outro, e os critérios também com relação ao número de ocorrências.

Mas o que vale, que tem que ser avaliado que é correto, é a questão do número de efetivo relacionado também com os índices de criminalidade, de ocorrência de criminalidade em cada região, por isso Secretário, Presidente do Colegiado, a minha pergunta aqui é;

Devido à preocupação dos deputados, que é pertinente, com o número atual de efetivo em Joinville e região, o que o senhor poderia nos dizer da criminalidade hoje nesta região, até para a gente avaliar uma região do Estado, já que a preocupação é com relação a isso, eu gostaria que o senhor pudesse discorrer para nós sobre os índices de criminalidade nos últimos anos ou atualmente na região de Joinville. Já que talvez o senhor não tenha de todo o Estado para que a gente possa ter um comparativo do real trabalho da Secretaria de Segurança, da Polícia Militar e de outros órgãos da Segurança Pública.

Então, quero lhe cumprimentar pelo trabalho que vem desenvolvendo, deixar esta pergunta aqui e, obviamente, sugerir também que as convocações, os convites sejam feitos nas Comissões de Mérito, porque lá o debate vai ser talvez mais produtivo. Se o Secretário não puder atender o convite, daí se convoca, que eu acho que esse seria o caminho correto, pelo menos foi nas outras legislaturas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado José Milton.

Senhor Secretário, o senhor responderá às perguntas do Deputado Berlanda, Deputada Luciane Carminatti, Deputado José Milton Scheffer, e para isso o senhor tem o tempo de cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Bom, senhores, iniciando pelo Deputado Berlanda, eu anotei essa demanda lá dos municípios de Curitiba e região, em São Cristóvão do Sul, Ponte Alta do Norte, Ponte Alta do Sul. Deputado, eu fui aspirante em Curitiba em 1994. Então, eu trabalhei lá em Curitiba no Corpo de Bombeiros, e é um prazer tratar com o senhor.

Eu vou passar, na verdade, nenhuma resposta eu posso te dar. O senhor tenha certeza, eu li ali no expediente da Polícia Militar, mas conversei também com o comandante-geral algum tempo atrás, na semana passada, na segunda-feira inclusive, na reunião do colegiado.

Cada município vai receber pelo menos um policial militar. Então o senhor tenha a certeza que pelo menos esses municípios, se tem três policiais, se tem quatro policiais, vai aumentar um policial militar em cada município desses que o senhor falou, São Cristóvão do Sul, Ponte Alta do Norte, Ponte Alta do Sul, que o senhor citou. Então, pelo menos um incremento de um policial militar vai ter.

Com relação a essa demanda de São Cristóvão do Sul, é claro, o senhor muito bem pontuou que o presídio lá de São Cristóvão cabe à Polícia Penal fazer a segurança. Mas com certeza, vou repassar para o comando da Polícia Militar

para ele ver a necessidade de incrementar ainda mais o policiamento no local, tendo em vista essa situação existente lá em São Cristóvão do Sul.

Não sei se respondi com relação à Deputada Luciane Carminatti, um prazer falar com a senhora também. Quero aqui também dizer para a senhora que existem todos esses índices ali que a gente falou da população, das ocorrências relacionadas aos policiais militares para a distribuição, a Polícia Militar tem uma planilha com todos esses índices e para cada município do Estado.

É claro que são índices importantes, mas que têm que ficar guardados internamente também, é claro que todos os senhores, com certeza, tenho certeza absoluta que se procurarem o comandante-geral da Polícia Militar, ou se ele for aí, ele vai poder levar essa informação. Mas é o Deputado Lima que foi praça, que hoje é praça da reserva remunerada, foi praça nossa, sabe disso. Alguns índices, algumas coisas não podem passar também, é entregar o ouro para o bandido, vamos dizer assim.

Nós temos algumas situações de que são mais policiais do município, os outros precisam menos, esse equilíbrio é o que se busca com essa distribuição. E se nós tornarmos isso público totalmente, também o bandido vai ter conhecimento de onde ele tem menos policiamento, quando ele pode cometer o crime.

Então, é importante também nós termos resguardados esses índices, resguardados esses números, para não dar o ouro para o bandido, mas a senhora pode ter certeza que, se a senhora pedir, convidar o comandante Dionei, ele vai estar à disposição. E com certeza a senhora vai poder ter esses índices e poder comparar no Estado inteiro.

Os senhores podem ter a certeza que o modelo projetado pela Segurança Pública é um modelo inovador, é um modelo onde não existe entre as forças de segurança um protagonista, muito pelo contrário, todos nós conversamos, avaliamos os índices, buscamos melhorias para poder levar um melhor serviço, um melhor atendimento a toda a sociedade, e tenho a certeza de que se a senhora conversar com o Coronel Dionei e convidá-lo, ou comparecer e visitá-lo, com certeza o comando-geral da Polícia Militar vai poder repassar dados, e a senhora vai ter a certeza que nós estamos trabalhando de forma técnica para atender toda a sociedade. *[Transcrição: Guilherme]*

Com relação ao questionamento do Deputado José Milton, prazer falar com o senhor, quero dizer que é verdade, é justo o que o senhor falou! Os índices da Segurança Pública, para os senhores terem uma ideia, e tem uma palavra que o Davi, um técnico nosso usa, nós temos os melhores índices de Segurança Pública em toda a série histórica de Santa Catarina, os senhores podem dizer: Mas comandante, esses números agora estão relacionados à pandemia, que diminuiu um pouco a circulação das pessoas. Mas falo para os senhores e senhoras que esse índice vem caindo desde 2019, e nessa data não estávamos na Pandemia, em 2020 caiu ainda mais, e nesses três primeiros meses de 2021, estão caindo ainda mais. É claro, com a pandemia, temos a situação que os policiais estão concentrados, no momento, além do combate à criminalidade, à fiscalização das medidas previstas no decreto do Governo estadual e decretos Municipais, buscando coibir aglomeração, fazer com que as pessoas transmitam o mínimo possível o vírus da Covid-19.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Secretário, o senhor tem mais um minuto, e tem que ligar o microfone.

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Então, Deputado, o senhor citou a região de Joinville, se não me engano, nessa cidade tivemos a queda de 22% no número de homicídios, e nesses três primeiros meses tivemos uma queda 30%, em Chapecó, Deputada Luciane, tivemos uma queda de 25% nos homicídios, e em São Francisco do Sul, tivemos uma queda de 19% de homicídios. Então, senhores, isso é prova que o modelo do colegiado funciona, os números estão aí para comprovar. E quanto aos resultados, acho que não tem que contestar, o resultado está aí para ser comprovado que o modelo está funcionando, e que temos sucesso na gestão da Segurança Pública, da forma como estamos fazendo.

A SRA. DEPUTADA PAULINHA - Peça a palavra, pela ordem. Eu gostaria de pedir a gentileza de v.exa. e dos colegas se houver a compreensão, de antecipar a minha inscrição, haja vista que tenho outra reunião virtual e não queria deixar de dar a minha contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Deputada, só tem o Deputado Maurício Eskudlark antes da senhora, se ele trocar é tranquilo.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pode falar antes, Deputada Paulinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Concedo a palavra a Deputada Paulinha, por até três minutos.

A SRA. DEPUTADA PAULINHA - Obrigada, Sr. Presidente e Deputado Maurício Eskudlark. Primeiramente, boa tarde a todas e todos os colegas; quero primeiro saudar o meu querido amigo Coronel Charles Vieira, que tem feito um belíssimo trabalho à frente Corpo de Bombeiros, e antes de tudo, quero estender minhas congratulações, finalmente, pela resolução do problema tão ardido, que era os nossos bombeiros e praças, sobre a situação das escalas de serviço, e folgo em saber que vamos ter solução definitiva para a questão.

Assim, quero de fato corroborar algumas falas que foram feitas, e dizer que também eu estou de acordo com a Deputada Luciane, talvez o método para questões que envolvam terceiros seja melhor esclarecido por meio de reuniões nas comissões de mérito. De todo modo, gostaria de pedir ao Coronel Charles, que nos enviasse depois a tabela com a distribuição dos policiais no Estado. Eu, no momento em que foi feita a primeira crítica, procurei o Coronel Dionei, que me recebeu gentilmente e me apresentou as circunstâncias, me explicou que o número distributivo da tabela de nossos policiais se somaria a outra tabela, que reuniria a distribuição dos policiais pela troca de localidade, e condição de

deslocamento interno que haviam sido promovidas. Mas enfim, penso também que quando há dúvidas elas precisam ser esclarecidas para a sociedade, e agradeço a disposição, mais uma vez, do Coronel Chaves, e fico feliz com a notícia que nos traz o Presidente dessa reunião, o colega Sargento Lima, que nos afirma que o Coronel Dionei, igualmente está disposto a vir a Alesc, e tirar as dúvidas finais dessa distribuição que foi promovida pela PMSC. Eu termino, meus colegas, dizendo que também entendo o que importa para a gente, que se o Secretário é nomeado do jeito A, B ou C, o estilo de gestão, eu não faço questão de avaliar. Mas os resultados prestados à população sim, isso eu vou avaliar. E também me sinto satisfeita com os números que Santa Catarina tem colhido, em que pese temos muito a avançar, especialmente com relação à violência contra a mulher. Mais uma vez, parabéns ao Deputado Sargento Lima, e ao Coronel Charles. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputada Paulinha. Concedo a palavra, ao Deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, Sr. Presidente da sessão; quero saudar o Coronel Charles, coordenador da Segurança Pública, parabênizo V.Exa. pelo trabalho que vem desenvolvendo, também o Governador pela mudança de sistema no comando da Segurança Pública, que foi uma mudança acertada. Hoje, um ano é o Comandante da PMSC, que já foi, o Delegado-geral da Polícia Civil, o Comandante do Corpo de Bombeiros, e o ano que vem o diretor do IGP, pessoas que interagem na atividade de Segurança Pública. Antigamente, nós víamos um corpo estranho à Segurança Pública vir para comandar uma estrutura com muitos cargos, tinha a área da inteligência, segurança, assessorias, mas era uma pessoa que não conhecia o funcionamento da Segurança Pública. Podia ser até um jurista, alguém com conhecimento técnico em alguma área, mas não conhecia o funcionamento da Segurança Pública.

Então, foi uma posição acertada do Governador com referência a Segurança Pública do Estado, sabemos que estamos com queda nos índices de criminalidade, é claro que temos que considerar a pandemia que atinge todo o Estado, isso ajuda na queda, mas a eficiência, o trabalho dos profissionais da segurança tem que ser considerado e respeitado. Nós tivemos, ao longo da história das polícias militar e civil, Governos que não colocaram um policial em quatro anos, temos uma defasagem nos efetivos da Polícia Militar e Civil que são históricos, o Governo que não colocou um policial em quatro anos. Agora, sabemos que tem que haver reposição, fazer mais concursos, chamamento de aprovados que estão pendentes, e acho até que nessa divisão, pelo que conheço o Estado e conheço todos os Municípios do Estado, o comando-geral da Polícia Militar, junto com o presidente do colegiado da Segurança Pública, fizeram uma divisão de forma justa, é claro houve Municípios que queriam mais policiais, tivemos reunião com Balneário Camboriú, ali no batalhão de Balneário 75, só que é um batalhão que atinge a cidade de Balneário e Itajaí, são duas cidades grandes e tem toda a região ainda.

Então, temos que considerar que a gestão da Segurança Pública está melhor com esse modelo, todas as categorias aprovam, está funcionando, e claro tem dificuldades, como já falamos, sobre a questão de efetivo, mas que já é histórica. Então, se fizermos levantamento de Governos anteriores, vamos ver que tem pouco a reclamar agora, ainda mais em um ano que temos dificuldades, estamos com os salários no limite prudencial, tudo isso coloca em dificuldade, inclusive a contratação de novos profissionais. E, fico feliz com a resposta do Presidente do Colegiado, porque agora, até, uma vereadora do Município de Salto Veloso perguntou se a cidade iria receber pelo menos um policial. E essa técnica que foi adotada, Coronel Mocellin, de receber cada Município no mínimo um policial, nunca aconteceu, não tenho lembrança, Deputada Marlene, que em algum Governo tenha acontecido. É claro que temos Municípios maiores que precisam de um maior número de efetivo, mas não dá para atender todo mundo. Acho que dentro do possível foi feito o razoável, o ideal para atender a maioria dos municípios do Estado.

Então, sou favorável a esse sistema, tenho 40 anos de vida na Segurança Pública, e a melhor forma ainda é essa, do que um corpo estranho vir comandar a Segurança. Que os comandantes que temos façam o comando da Segurança Pública. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Concedo a palavra a Deputada Marlene Fengler, por até três minutos.

A SRA. DEPUTADA MARLENTE FENGLER - Boa tarde, Presidente Deputado Sargento Lima, Presidente da reunião, aos demais Colegas, ao Coronel Charles, que neste ato representa a Secretaria de Estado da Segurança Pública. E queria, antes de tudo, parabenizar a Polícia Militar e a Polícia Civil de Santa Catarina, e Corpo de Bombeiros, porque acho que o trabalho que fazem em Santa Catarina, sem dúvida nenhuma, é exemplar, de outra forma não estaríamos em uma condição diferenciada de segurança e de qualidade de vida. Mas claro, a gente sempre quer que melhore, e sabemos também, que muitos policiais, primeiro aquilo que o Deputado Maurício falou, há uma defasagem muito grande de policiais nos municípios, há muito tempo não são contratados policiais, realmente é difícil recuperar, é difícil conseguir levar aos municípios o efetivo que precisam.

Mas eu havia feito uma solicitação com relação ao oeste, mas já foi explicado hoje, mas principalmente com relação a São José, e não sei quais são os indicadores, foram falados alguns por parte do Coronel Charles, mas acho que pelo menos nós Parlamentares termos acesso aos critérios que foram utilizados para definir a distribuição, seria muito importante, porque as demandas chegam até nós. E por exemplo, a Cidade de São José, se formos ver o indicador de policial por população, São José tem um policial por 1.250 habitantes, Palhoça tem um policial por 800 habitantes, e Biguaçu tem um policial por 500 habitantes. Então, não consigo entender qual é o critério e acho que isso seria importante. E aí eu concordo com a Deputada Luciane e demais Parlamentares que falaram, que deveria fazer numa reunião da

comissão de Segurança Pública, fazer realmente a convocação do Secretário de Estado da Segurança Pública para que ele possa nos explicar especificamente os critérios adotados. *[Transcrição: Taquígrafa Ana Maria]*

São os indicadores de criminalidade? Da polícia? Desculpa. Os indicadores de criminalidade, são os indicadores de policial por habitante? Enfim, quais são os critérios efetivos para que a partir disso a gente possa entender um pouco melhor, e também explicar isso para as pessoas, explicar isso para os cidadãos, porque quando a gente olha os números aqui, a Grande Florianópolis 39, Lages 55, Balneário e Itajaí 79, Chapecó 61. É como alguém falou antes aqui, Chapecó realmente 61 pode ser muito, mas pode ser pouco. Então, acho que isso seria realmente muito importante que tivesse esse esclarecimento, mas na comissão de Segurança, para que a gente pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Mais 30 segundos Deputada.

A SRA. DEPUTADA MARLENE FENGLER - Para conversar com o comandante-geral e ter essas informações para passar adiante, inclusive para justificar, não é para criticar. É para gente saber para poder explicar para as pessoas. É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Obrigado. Secretário, o senhor tem cinco minutos para responder os apontamentos. Não foram feitos questionamentos, somente por parte da Deputada Marlene Fengler, mas o senhor tem cinco minutos para resposta.

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Sim, senhor Deputado. Na verdade. Obrigado Deputada Paulinha, obrigado Deputado Maurício, que é oriundo da Segurança Pública também, sabe das dificuldades que nós passamos aqui na Segurança Pública. E sabe que, hoje, nós temos à frente da Segurança Pública as instituições da própria Segurança Pública, isso facilita em muito a compreensão, o entendimento, a aplicação dos serviços de Segurança Pública em prol da sociedade.

Quero aqui aproveitar também para agradecer a todos as senhoras e senhores deputados. Nós trabalhamos em parceria, os senhores são muito importantes. A divergência de ideias é importante para nós chegarmos a denominadores que fortaleçam a Segurança Pública, fortaleçam as atividades de Segurança Pública. Então, o divergir em ideias é muito importante, é democrático, e nós crescemos com isso, não é?

E quero aqui agradecer-los porque a parceria dos senhores, com as emendas parlamentares, tanto para todos da Segurança Pública é muito importante. Toda Segurança Pública recebeu alguma emenda parlamentar de um dos senhores, e eu agradeço aqui, em nome de todos os representantes da Segurança Pública, de todas as instituições, porque isso aumenta lá a quantidade de viaturas, melhora quantidade de equipamentos, de viaturas, e melhora, em consequência, a prestação de serviço a toda sociedade. E essa parceria é o que faz com que as coisas aconteçam e seja cada vez mais forte a nossa presença em todo o Estado de Santa Catarina.

Quanto à pergunta da Deputada Marlene, a senhora pode ter certeza que o comandante Dionei vai repassar esses indicadores para os senhores assim que for convidado, ou a Polícia Militar se for visitada por um dos senhores também. Esses indicadores estão ali previstos, eles não levam em consideração somente a população, Deputada, mas também a quantidade de ocorrências no município.

Então, a senhora pode ter certeza que tudo ali é equacionado, para fazer essa distribuição e, assim, volto a frisar, o Deputado Maurício Eskudlark falou muito propriamente, nós ficamos um bom tempo sem incluir policiais militares, bombeiros militares, policiais civis, técnicos do IGP e peritos nas nossas instituições. E a recomposição desse efetivo é muito importante. Então, no momento um município pode ter menos, mas um município pode ter mais. Mas essa recomposição vai fazer com que nós tenhamos um equilíbrio nessa distribuição, um equilíbrio na utilização desse efetivo. E isso é o que estamos tentando agora, isso que a Polícia Militar fez agora na distribuição de efetivo, buscando que cada município recebesse pelo menos um. E aqueles municípios que pelas equações que eu falei, os senhores vão poder pormenorizar, conversando com o comando-geral da PM e a sua estrutura, e vão ver que o que se busca é a recomposição, é o melhoramento em todo o Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Muito obrigado Secretário.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Sr. Presidente, só queria pedir um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Eu queria pedir ao Presidente do colegiado que encaminhasse a vossa excelência, ou diretamente aos deputados, o quadro de distribuição, porque nós, deputados, estamos sendo toda hora cobrados. E nós teríamos esses dados no celular, e quando indagados poderíamos responder. E, às vezes, um prefeito cobra que precisava mais e tal, e nós temos os dados. Então, se pudessem mandar tanto as estatísticas, quanto o quadro de distribuição como foi feito, nós temos argumentos para concordar ou discordar da distribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Dou por recebido o encaminhamento de vossa excelência.

Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra pelo tempo de até três minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Obrigado, Deputado Sargento Lima.

Cumprimentar o Presidente do Colegiado, Coronel Charles Alexandre Vieira; todos os colegas Deputados, a colega Deputada Marlene Fengler.

Eu acho que acabamos sendo um pouco repetitivo, mas não tem como não ser também. Eu sempre defendi de que a gente, quando estabelece critérios, não precisa dar muita explicação, desde que esses critérios sejam justos. E aí Coronel Charles, talvez não devesse tratar exatamente consigo, mas como é o Presidente do Colegiado, eu acho que nós

precisamos ter isso mais claro, de forma mais transparente, ainda que não haja necessidade de publicação, mas que possamos saber os critérios objetivos e os critérios subjetivos.

Também em relação à remoção dos policiais, por vezes você recebe um policial e acaba perdendo alguns por remoção. E que condições precisam ser alcançadas para que um policial seja removido, se é por interesse público, se é por interesse particular, porque há uma tendência de que tudo convirja para os centros maiores, para o litoral de Santa Catarina, parece que todos querem chegar ao final da carreira estando em Balneário Camboriú, estando em Itajaí, ou em Florianópolis, no litoral do nosso Estado. E aí, quem está no interior, frequentemente recebe pedidos para ajudar na sua remoção, e é muito difícil para o Parlamentar atender um pedido como esse, porque geralmente nós pedimos para aumentar o efetivo em determinado município.

Eu gostaria Coronel Charles, já concluindo, qual é o diploma legal? Nós temos uma portaria, um decreto, uma lei que estabelece esses critérios para que nós, eventualmente, pudéssemos aferir? E, eventualmente, possamos oferecer alguma contribuição, se existe esse diploma? E se não existir, eu queria sugerir que se instalasse para que a gente tire...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - O senhor tem mais um minuto, Deputado. Pode ficar à vontade.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Muito obrigado, Deputado Sargento Lima.

Mas, eu gostaria de oferecer essa sugestão, Coronel Charles, para que nós possamos dissipar essas dúvidas, que elas são recorrentes. E eu confesso que estou já há alguns anos na atividade pública e ainda não consegui decifrar, e nem tampouco justificar ou dar alguma explicação para as emissoras de rádio, para as lideranças que nos pedem para que possamos interceder, aumentar o efetivo, e isso é um discurso que ele se repete ano após ano, essa pauta nunca muda.

Eu gostaria, claro, lhe cumprimentar, o Governo pode ter alguns erros, mas ele foi extremamente ousado, quando definiu, Deputado Maurício Eskudlark, por fazer esse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Mais algum tempo Deputado?

Deputado Coronel Mocellin, vossa excelência com a palavra por três minutos.

O SR. DEPUTADO CORONEL MOCELLIN - Obrigado mais uma vez, Presidente Sargento Lima.

Eu, como presidente da Comissão de Segurança Pública, quero aqui assumir o compromisso de fazer o convite, após ouvir a Comissão de Segurança Pública, se aprovado na comissão, nós vamos convidar o Coronel Dionei, comandante-geral da Polícia Militar, para ele fazer maiores explicações de como que é feita a distribuição do efetivo da Polícia Militar.

Quero aproveitar também para reforçar que o nosso colega Deputado Maurício Eskudlark falou, sobre a questão do Secretário de Segurança Pública como era uma vez, e hoje é um colegiado que se conversa entre eles. Eu, como comandante-geral de Bombeiro, disse que não precisei um dia da Segurança Pública, muito pelo contrário, todo dia me atrapalhava, porque toda a documentação que tinha que encaminhar para o Governo, para qualquer órgão, tinha que passar primeiro para a Segurança Pública, e ficava lá entravado dois a três meses.

E tinha secretários, porque depois de 36 anos dentro da corporação, a gente conhece alguma coisa do que acontecia, secretários que aproveitavam questão política, e cada inclusão que tinha ia para a região dele. Então, hoje, nós temos regiões no Estado que ainda tem, não é excesso, mas desequilíbrio de policiais em relação a outros municípios por questões políticas. Aí, sim, eu entendo que não era um critério técnico, eram critérios políticos. E, hoje, eu espero que esteja sendo feito critérios técnicos, por isso quero fazer esse convite para o comandante-geral da Polícia Militar, para vir explicar na Comissão de Segurança Pública quais são os critérios que estão sendo usados para distribuição desse efetivo.

E digo mais. Nós tivemos, quando eu incluí na Polícia Militar, em 83, tínhamos 13.500 policiais. E nós não ficamos quatro anos, Deputado Maurício Eskudlark, ficamos seis anos ou quase sete anos sem nenhuma inclusão na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros. E, hoje, nós temos em torno de dez mil a dez mil e quinhentos policiais militares. Então, a defasagem realmente ainda é muito grande, mas logicamente aos poucos, têm todas as dificuldades, tem que ser reposto esse efetivo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado Coronel Mocellin.

Consulto aos demais Deputados se querem fazer mais alguma pergunta.

O senhor tem cinco minutos para responder os questionamentos e apontamentos do Deputado Valdir Cobalchini e do Deputado Coronel Mocellin.

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Agradeço a contribuição do Deputado Valdir Cobalchini, é um prazer falar com o senhor também. E quero, aqui, convidá-lo para, se assim desejar, comparecer tanto na Polícia Militar como no Corpo de Bombeiro Militar. Nós temos, hoje, uma ferramenta que é responsável por fazer as transferências no Estado. É claro que essa ferramenta, Deputado, ela possibilita sempre que os soldados, que os praças mais antigos possam sempre escolher, quando há uma janela de mudança, de transferências, que eles possam se movimentar. Nós temos uma situação que a maioria dos nossos soldados acabam sendo da região litorânea. Então, eles sempre vão para o interior e querem voltar para o litoral, e nós abrimos essa janela quando se forma uma escola para que eles possam, os mais antigos, escolher e fazer essa troca, isso o sistema que possibilita isso.

Então, convido o senhor, se assim desejar, a comparecer tanto na Polícia Militar como no Corpo de Bombeiro para que possamos mostrar essa ferramenta, o senhor vai ver que a gente tenta fazer de uma maneira técnica, de maneira a não privilegiar ninguém, e a privilegiar sempre os mais antigos na corporação.

Com relação à coordenadoria, eu falei, ele está disposto, já conversei com ele, de ir nessa comissão, Deputado Coronel Mocellin, também de participar, prestar esclarecimentos necessários para tirar as dúvidas de todos os senhores e as senhoras, e tenho certeza que os senhores vão ver que tudo é feito dentro de um critério técnico. *[Transcrição: Taquígrafa Sílvia]*

Então quero aqui, mais uma vez, agradecer e dizer para os senhores que podem ter certeza que nós trabalhamos, no nosso dia a dia, para sempre levar o melhor serviço a todos e a toda a sociedade. Tenho certeza que os senhores, verificando essa distribuição, verificando como nós fazemos, como toda segurança pública faz, os senhores vão ter a certeza, também, que nós estamos atendendo a todo o Estado de maneira a não privilegiar ninguém, e sim privilegiar a sociedade com um trabalho a ser prestado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Obrigado Secretário, consulto o Deputado Kennedy Nunes, mais algum apontamento? Então, Secretário, vamos por partes.

A sessão especial é uma ferramenta Legislativa, Deputado Kennedy Nunes, da qual nós não podemos abrir mão. Óbvio que seria interessante, sim, um convite estendido à Comissão de Segurança Pública, mas a sessão especial é uma ferramenta jurídica que nos abre uma oportunidade muito mais ampla, porque tem ali o Deputado que é da Secretaria de Agricultura, e ele pode estar aqui presente na sessão. Aquele que é da Comissão de Agricultura, que está voltado para aqueles outros assuntos, e ele pode estar aqui presente e fazer uso da palavra, e estar mais confortável junto com os colegas aqui dentro, e ela traz uma transparência muito maior, porque a sessão é plenária, aqui dentro, e ela tem uma amplitude maior.

Por que eu digo que nós precisamos dessa amplitude de uma sessão especial? Porque, deputados, quem nos questiona acerca de quantos policiais estão indo para o município, eles não estão muito interessados em saber se isso vai ser discutido numa sessão especial, ou se isso vai ser numa comissão, muitas vezes eles não sabem nem que existe isso.

Então, aqui, eu acredito que seja, sim, o lugar certo, e que eu, no meu entendimento, acredito que não tem problema quebrar o protocolo do Regimento em relação a vir aqui o Secretário, o comandante-geral da Polícia Militar para melhores esclarecimentos. Faremos sim, mais uma vez, o convite para que ele possa vir aqui numa sessão especial, assim todos os deputados terão a oportunidade de fazer seus questionamentos. Afinal de contas, nós ouvimos tanto dizer que aqui é a caixa de ressonância da sociedade, então nós temos que realmente ser aqueles que vão transmitir. Explicar para o Deputado lá dentro de uma sala de comissão não é o suficiente, as pessoas têm que assistir isso.

Quando foi questionado sobre os municípios maiores e municípios menores, se vão um ou dois policiais para lá ou se não vai nenhum, ou se vai dez, pouco importa, porque todos eles, independente do tamanho do município, independente onde você mora, você paga os seus impostos, o ICMS, e ele é recolhido e você tem direito a segurança pública, independente se você mora na capital ou se você mora lá em Tigrinho, no interior do Estado, independente, você paga seus impostos e tem direito à segurança pública.

Então, eu tenho duas perguntas, que essas sim podem ser feitas para o senhor e, independente de que seja em colegiado, o Presidente do colegiado ele assume uma responsabilidade de Secretário, tem que ter as nossas informações senhor. Mas como eu disse, isso é um assunto que eu vou deixar para depois, eu vou usar meu tempo para as perguntas mesmo. Perguntar para o senhor de forma bem pontual, os pedidos gerados através das indicações de Deputados, aqueles são levados em consideração, foram levados ou são considerados para poder se distribuir efetivo, as indicações que saem da Casa, feitas pelos Deputados, elas são utilizadas, para poder falar assim: olha, vai 10 policiais para cá. Eu posso fazer uma indicação pedindo 100 policiais para Joinville e postar isso na minha rede social e pagar para um jornal publicar. Se são os critérios técnicos, se é levada em consideração a indicação, ou nós estamos usando uma ferramenta legislativa inútil, que não tem corte e nem cabo.

Minha próxima pergunta, planejamento com relação aos concursos, gostaria que mais tarde o senhor falasse sobre isso também, se tem um planejamento de concursos rotineiros. Como eu disse, quando se defende o Governo, a gente fala de como foi bom o ano passado, quando se toca num ponto de erros do Governo, a gente tem que falar de união, amor e do futuro daqui para frente e de como as coisas serão maravilhosas no futuro.

Sistema de movimentação de tropas, nós sabemos muito bem que nós estamos relocando pessoas, principalmente na região do terceiro batalhão, que se trata de movimentação de tropa, nem tanto de aposentadoria, não é o policial se aposentando, nem tanto criminalidade, nem habitação, ali está sendo utilizado um critério exclusivo por movimentação. Antigamente o sujeito pedia, o Comandante de Companhia ele deferia, o comandante do Batalhão deferia, agora joga o nome no sistema. Esse sistema de movimentação, que bom que está sendo utilizada a tecnologia agora, mas o Comandante que abre mão de um polícia, ele tem que aguentar as consequências depois, 79 Policiais da 3ª Região, e grande parte disso é decorrente de movimentação, agora se cria um sistema para se punir o sistema, se a região foi cedendo, cedendo constantes trocas, trocas, trocas, ou adota o critério: você passou no concurso público, então vai ficar oito anos naquela cidade ali sem encher o saco. Se quer ir para outra cidade, estuda e vai se classificar por nota e escolhe qual que vai. Agora o cidadão, ele não quer saber se a tua nota, se você foi o 03, 04 do curso ou se você entrou pelo sistema de movimentação, ou se tu és o mais antigo, ele quer polícia na rua, simples isso.

E esse sistema de movimentação, também gostaria de fazer questionamentos. Por ele, porque nós temos situações, por exemplo, tem militar que fala que conseguiu através de ajuda de alguém. Tem ofícios chegando ao Comando Geral, feito por Deputados, solicitando transferência de policial. Aí pergunto também, se esses ofícios são atendidos. O

policia vai ali no gabinete do Deputado, e diz que precisa ir para Itajaí, porque a minha mãe mora lá, a minha vó mora lá. Está sendo atendido? Quero saber se esses ofícios que vêm aqui, eu preciso de dez policiais na minha cidade, e é mandado e amplamente publicado, se eles são atendidos?! Se existe discrepância numérica, existe mesmo, enorme, eu friso de novo, mais uma vez, a 3ª região extremamente beneficiada com isso aí. Detalhe, o cidadão não tem culpa, o Deputado não tem culpa se o cara, se o militar botou o nome dele no SOM, que o nosso sistema de movimentação de tropa ou não, o Comandante do batalhão, ele abriu mão do policial dele, ele é um que não pode questionar depois, pedir policial depois, simplesmente isso. Ele abriu mão daquele policial, o sistema não funciona automaticamente. Então, são esses meus apontamentos, não são nem questionamentos, quero agradecer a presença do senhor aqui dentro, no dia de hoje, e como eu disse, a sessão especial é uma ferramenta muito útil, tão útil quanto qualquer comissão, e eu vou até pedir mais uma vez, já que se trata de um colegiado, nós poderíamos aproveitar essa oportunidade e fazer essa visita do Coronel aqui, através de uma sessão especial. Então, peço a venia ao Deputado Coronel Mocellin, que é presidente da Comissão de Segurança Pública, se nós podemos fazer um encaminhamento nesse sentido.

O SR. DEPUTADO CORONEL MOCELLIN - Temos que ver o Regimento da Casa, não sei, porque esse convite normalmente é feito nas comissões. Não sei se pode fazer convite para a sessão especial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Eu acredito que se houver a concordância de todos, é uma questão regimental não poder convidar quem pode responder as nossas perguntas, e como eu disse, a sessão especial é uma ferramenta legislativa, nós podemos utilizar, ela tem maior amplitude, todos os deputados podem participar.

O SR. DEPUTADO CORONEL MOCELLIN - Porque também, a reunião da Comissão de Segurança Pública pode ser feita em um horário aqui em plenário para que os demais Parlamentares possam participar, não sei. Teria que ver com quem tem mais tempo na Casa, Deputado Lima, para saber o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Só para ratificar aqui minhas duas perguntas, Secretário de Segurança Pública, os pedidos gerados através dos gabinetes dos Deputados, que são chamados indicações, eles são utilizados como base, ou essas indicações vão direto para trituradora de papel? Elas são utilizadas como base para pedir policiamento para uma região? Porque senão, nós falamos para todo mundo aqui parar de fazer, ou se eu posso fazer um pedido, pedir 100 policiais para Joinville, e vou lá e coloco na minha rede social: Deputado Sargento Lima pede 100 policiais para Joinville, se ele é utilizado como base, essa é minha única pergunta, senhor Secretário.

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Deputado, é um prazer falar com o senhor, na verdade o que eu vejo, eu falo por mim, todos os pedidos de Deputados que chegam, nós analisamos, verificamos os pedidos, nenhum fica sem resposta, mas o que cabe a nós sempre é verificar se o pleito do Deputado, ele é analisado, e se ele se coaduna, se ele realmente segue também com os critérios técnicos das corporações. Então, nós juntamos uma coisa com a outra, olhamos, verificamos, respondemos, leva em consideração e verifica junto com os critérios técnicos, mas o que vale nesse momento são os critérios técnicos, mas todos os Deputados podem ter certeza que nós sabemos que cada um busca, esse envio dos ofícios, pedindo mais policiamento, mais policiais para região ou para cidade, é no intuito de colaborar conosco, e muitas vezes o pedido é justo, e junto com os critérios ele é analisado e pode sim, também, junto com os critérios, fazer com que aquela cidade receba, mas não é o preponderante, tem que coadunar sempre com o critério técnico.

A janela de transferência que o senhor falou, é realizada esta análise de possibilidade. Geralmente o que acontece, com esse sistema, o que ele faz, ele procura trocas dentro, de quem está pedindo a transferência, então ninguém perde nada, na verdade, pelo que eu entendo, aqui no Bombeiro, pelo menos, é assim, e acho que na Polícia da mesma forma. Ninguém perde nada, essas trocas são feitas de forma sempre a privilegiar o mais antigo que deseja transferência e ir trabalhar em outro município, mas aquele município não vai ter uma perda, vai ter sempre uma compensação de alguém que vai para o lugar dele também, ou seja, um formado novo ou alguém que está solicitando a troca, também pedindo pra ir para aquele município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Sim, justamente isso que eu comentei, que na verdade todo mundo quer morar em Itajaí e Balneário Camboriú. Então essa troca, na verdade, é isso, todo mundo se afunila ali, essa litoralização tem prejudicado o interior, por isso que deveria ser estipulado um critério que mesmo por antiguidade, o sujeito ele foi formado às custas do Estado, ele tem que assumir um compromisso de permanecer na região dele por um determinado tempo, até que ele não prejudique a região para que ele foi trabalhar inicialmente.

Senhor Secretário, esta Presidência agradece a presença do Secretário Charles, que tem atendido de forma tão pronta a nossa convocação para essa Assembleia, e agradece também todos os esclarecimentos prestados. O senhor tem alguma consideração final a fazer?

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Negativo Deputado, é só agradecer aos senhores pela colaboração que têm com a segurança pública, já fiz referência às emendas parlamentares que são muito importantes, e agradeço a todos os senhores e senhoras por essa cooperação, por ajudar a Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, e quem ganha somos todos nós, uma melhor segurança pública prestada em todo Estado. Muito obrigado, estou sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Antes de encerrar a presente sessão, a Presidência agradece a presença do senhor Secretário e de todos os senhores Deputados pela participação.

Está encerrada a sessão. [Transcrição: Gabriel]

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Northon Bousfield]

ATA DA 021ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2021 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba- Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Silvio Dreveck - Valdir Cocalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Nilso Berlanda

DEPUTADO NILSO BERLANDA(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura das atas das sessões anteriores para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN (Orador) - Enaltece o trabalho realizado pelos salva-vidas, considerando uma vocação dos Policiais Militares, Bombeiros militares e civis o ato de proteger e salvar vidas. Informa o resgate de 2,4 mil vidas, fora as advertências às pessoas que se arriscaram nas praias de Santa Catarina. Destaca dois salvamentos em São Francisco do Sul, no Costão da Praia Grande, famosa por ser perigosa, de dois surfistas por dois bombeiros que estavam de folga, e mais um casal de turistas, que precisaram de socorro do helicóptero do Estado devido à situação de emergência em que se encontravam. Salienta que Santa Catarina é destaque no melhor serviço de salvamento no País.

Finaliza, parabenizando o excelente trabalho da Segurança Pública catarinense, oferecido à população e a todos os turistas que visitam as praias de

Santa Catarina, que recebem segurança em suas férias. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) - Qualifica o último decreto do Governo estadual como excessivo, em relação às restrições às modalidades esportivas de caráter recreativo no Estado, citando como exemplo o tênis e o automobilismo, pois os mesmos não promovem contato com os participantes e com o povo.

Justifica, afirmando que a prática esportiva faz bem para a imunidade das pessoas, para a auto estima, para o corpo, a mente, para o coletivo também, e pode ser exercida com segurança e com todas as medidas sanitárias. Portanto, o Governo estadual restringiu de forma drástica as modalidades esportivas, com o argumento da preservação da saúde pública. Solicita que sejam revistas tais medidas, possibilitando o retorno imediato à prática esportiva recreativa.

Chama atenção dos colegas Deputados, do Poder Executivo e de toda sociedade catarinense para o Projeto de Lei n. 0095/2020, de sua autoria, que solicita a presença de profissionais de fisioterapia para cada dez leitos de unidades de UTIs, em todas as unidades hospitalares, principalmente neste momento de Pandemia.

Por fim, registra que a matéria está tramitando na comissão de Constituição e Justiça da Casa, reiterando novamente a urgência para que a mesma seja aprovada. Também pede à equipe do Governo que reavalie as restrições com relação às práticas esportivas do seu decreto.

Deputado Jessé Lopes (Aparteante) - Fala que existe politização até sobre as práticas esportivas no atual momento, mas enfatiza que já está mais que comprovado que os exercícios físicos ajudam a saúde das pessoas em todos os aspectos.

Deputado Sargento Lima (Aparteante) - Parabeniza o Deputado Alba pela sua fala, citando como exemplo o futebol profissional de Santa Catarina, pela divergência de decretos de Municípios, alguns flexibilizam os jogos e outros menos, correndo o risco de comprometer seriamente o futebol catarinense. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Afirma que, não é de hoje, defende o medicamento para tratamento precoce.

Apresenta, através de vídeo, a fala de um médico infectologista, o dr. Francisco, que discorre sobre a pandemia no Brasil. São esses alguns dados de sua fala: “desde o início da pandemia o país vem se preparando para a crise, mas continuam medidas dessincronizadas, cada Município e os Estados tomam atitudes diferentes um do outro. Deveria ter um comando central da crise e uma regra uniforme”.

Continua: “Pesquisas feitas na Europa, Estados Unidos, até no Brasil, comprovam que a maior parte da contaminação de Covid se dá no domicílio, a possibilidade de se contaminar é muito maior, dentro de casa, do que na área comercial. Com a política de mandar o doente para casa, com o vírus, sem um remédio para tentar combater a viremia, que é isso que o tratamento precoce se propõe. É uma série de remédios, que vários estudos mostraram que conseguem diminuir a quantidade de vírus dentro do corpo. O remédio tenta bloquear a entrada do vírus na célula, não atua sobre o vírus, com isso ele não consegue se replicar e morre.”

Preconiza “Não fazer *lockdown* e, sim, um distanciamento social rígido, manter a economia, o comércio funcionando, ampliando o horário de funcionamento de bares, restaurantes e outros. Também, oferecer um tratamento precoce com esclarecimentos ao cidadão.”

Reforça, então, o que foi dito, que a contaminação acontece mais em casa do que na rua. Cita que os medicamentos de tratamento precoce não atuam no vírus, eles atuam na célula do corpo. Acredita que muitas pessoas poderiam ter sido salvas pelos medicamentos que politizaram.

Deputado Sargento Lima (Aparteante) - Ressalta que a saturação viral é prejudicial, isto é, confinar pessoas contaminadas no mesmo ambiente. Questiona sobre o funcionamento das empresas de transporte coletivo, porque se vê pessoas apinhadas, dentro dos ônibus, quando a lógica é aumentar os horários de funcionamento. [Taquígrafa: Eliana]

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador) - Corrobora a fala do Deputado Alba em relação às atividades físicas.

Relata que a população foi surpreendida com fechamentos de final de semana, impedindo muitas atividades, e depois os 22 prefeitos da Grande Florianópolis também tomaram medidas restritivas. No dia 23 de março o Governador publicou um decreto, sem a instrução normativa, e continuando com as incoerências. Declara-se a favor de atividade física em academias, na praia, no parque, nas praças, mas agora, pelo decreto, não se pode jogar tênis, futebol, basquete e vôlei.

Reconhece a gravidade da situação na questão da pandemia, que tem apresentado números alarmantes e preocupantes de contágio e óbitos, entretanto, ressalta que, desde o início do ano passado, um empreendedor, um dono de escola, de restaurante, dono de hotel, vivem com esta instabilidade, e não podem agora receber uma regra da noite para o dia, sem saber se vai abrir e poder usar ou não os mantimentos, as compras que fez para a semana.

Aborda uma notícia positiva, recebida ontem, que o Comitê Gestor do Simples Nacional prorroga, por 90 dias, o pagamento dos débitos das micro e pequenas empresas que estão no Simples. Coloca que, em Santa Catarina, o Pronampe registrou 40.225 operações com mais de R\$2 bilhões de financiamento, porém há dificuldade de acesso ao crédito.

Menciona a reunião que houve na Comissão de Economia, na Assembleia, com a presença do presidente da Fecomércio e toda a diretoria da Fiesc, debatendo os desafios desse momento econômico. Destaca um dado que falou, nessa reunião, que a Agroindústria, nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, substituíram 16 mil funcionários sem demiti-los, e enaltece a pujança e a força desse setor.

Refere-se ao acesso ao crédito, dos três mil pedidos de crédito feitos ao Badesc, nos últimos anos, apenas 680 foram atendidos, R\$ 215 milhões liberados para as empresas catarinenses. Coloca que é muito pouco, tem que diminuir a burocracia, pois os micros e pequenos empresários estão enfrentando problemas para acessar esse crédito.

Informa que hoje, às 14h, haverá uma audiência com o presidente da Caixa Econômica Federal, que tem ser o grande banco de apoio ao empreendedor. Esclarece que a segunda parte do auxílio emergencial será de R\$42 bilhões, e só de fraude do primeiro auxílio foram R\$55 bilhões, que vendendo isso no mercado daria R\$90 bilhões de auxílio emergencial para o brasileiro. Finalizando, reafirma que a CEF tem que ser o grande fiador, sem a exigência de tantas garantias, acreditando que a taxa de não pagamento seria mínima. [Taquígrafa: Eliana]

Partidos Políticos

Partido: PSL

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Retoma o tema abordado pelo Deputado João Amin, o qual considera um orador experiente, em que constata a dificuldade de explicar à população em relação às restrições que são colocadas por meio de decretos como, por exemplo, justificar que um vírus não atravessa os limítrofes municipais; que o vírus não trabalha após 20 horas, ou trabalha somente a partir das 10 horas.

Defende que se tenha regras padronizadas entre estados e municípios para o combate à pandemia, porque a única certeza que tem é que o vírus não respeita fronteiras.

Finaliza sua fala agradecendo e concordando com o aparte do Deputado João Amin.

Deputado João Amin (Aparteante) - Ao discorrer sobre o episódio que desencadeou a “Primavera Árabe” no Oriente Médio e norte do continente africano, que foi marcado por um período de protestos e revoluções, faz um contraponto em relação aos empreendedores catarinenses e brasileiros que atualmente precisam trabalhar, precisam de dinheiro, e estão sujeitos a decretos excepcionais. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PL

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Reporta-se às manifestações feitas no final de semana ao COES e Governo do Estado em relação ao horário de abertura do comércio, resultando em atendimento e revisão dos horários, até porque a realidade do interior do Estado é diferente da capital, ou das cidades litorâneas, bem como a questão do percentual de pessoas em supermercados com os cuidados que se deve ter, isto é, medição da temperatura, álcool gel e os cuidados de distanciamento.

Também, relata sobre pedidos para liberação das quadras esportivas, e que já foi levado para o COES, a Casa Civil e o Governador, sendo que entende que algumas atividades poderiam ser liberadas, o que evitaria tantos problemas para algumas classes empresariais. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PP

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador) - Comenta que recebeu a informação de que as atividades de beira de praia, como *beach tennis*, futevôlei, tiveram que suspender suas atividades devido ao decreto estadual.

Fala da incoerência de proibir atividades físicas na areia, mas permitindo que bares no calçadão fiquem abertos, e esclarece que defende a abertura dos bares.

Lembra a importância da prática de atividade física, alertando que o sol faz bem para a saúde, e desta forma as pessoas enfrentarão bem melhor a pandemia. *[Taquiografia: Guilherme]*

Partido: PSL

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Considera necessário que haja uma padronização nos decretos dos municípios.

Aconselha que seja ouvida a Federação Catarinense de Futebol, através da Secretaria de Esportes para que haja uma padronização no Estado, e cita como exemplo os times de futebol, que se preparam para o campeonato, e certas preferências permitem os treinos físicos e outras não, favorecendo assim o time que mais se exercitou.

Pede um diálogo com a Federação Catarinense de Futebol para que possa permitir que o clube jogue em sua própria cidade, evitando gastos desnecessários com hospedagem.

Reforça seu pedido de padronização junto a Secretaria de Esporte dentro do Estado de Santa Catarina.

[Taquiografia: Guilherme]

Partido: PDT

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Comenta da campanha realizada pela FECAM, a qual tem a finalidade de promover que pessoas físicas possam aportar, entre os recursos dedutíveis do Imposto de Renda, para os fundos da criança, do adolescente e do idoso.

Fala sobre a dificuldade de recuperação econômica, e que todo esforço será necessário, lembra que no ano de 2018 a indústria catarinense deixou de aportar nos fundos dedutíveis mais de R\$ 200 milhões.

Faz um apelo a todos da Casa, para que nesta declaração de Imposto de Renda se torne doador. Diz que não é só uma doação, mas um direcionamento contributivo como cidadão.

Diz que apresentou um Projeto de Lei nesta Casa que institui a Política Estadual de Incentivo ao Terceiro Setor. Comenta como se dará este projeto e mostra os resultados futuros oriundos do projeto.

Informa da sua reunião com a Presidente da Casan, onde trataram sobre a Lagoa da Conceição, e fala que são necessárias ações efetivas para recuperar esse patrimônio.

Discorre sobre as vidas perdidas pela Covid-19, e cita um caso no município de Bombinhas, onde um casal faleceu vítima da doença. Expressa seus sentimentos à família e a todos que perderam seus entes queridos, e mostra-se entristecida com a banalização da morte.

Cita a sua visita à Brasília, em conversa com o Ministério da Saúde sobre a vacinação, e pedindo que o Governo federal invista a aplique todos os aportes possíveis na proteção do povo brasileiro. Igualmente, deixa seu apelo ao Governador e ao COES para que sejam reavaliadas algumas restrições. *[Taquiografia: Guilherme]*

Partido: PP

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Orador) - Relata que, no dia anterior, a Casa recebeu o Secretário da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, Deputado Altair Silva, que explicou diversas políticas públicas e programas em prol do agronegócio catarinense, principalmente na agricultura familiar. Acrescenta que essas políticas e programas servem de exemplo para o mundo, e cita o destaque das exportações de proteína vegetal e animal no cenário mundial.

Registra o momento em que o Secretário comenta que o Estado de Santa Catarina continua importando insumos de outros Estados, citando como exemplo o milho, necessário para produzir rações para a pecuária bovina, suína e aves. Tece comentários a respeito do alto custo da importação, do frete e como o Custo Brasil impacta na economia.

Comenta que a reforma administrativa está começando a andar, lamenta que a reforma tributária está parada, e enfatiza a importância de agilizar concessões em empresas públicas que dão prejuízos e rodovias, citando como exemplo a lentidão nas obras das BR-280, BR-470, BR-282, BR-280, BR-163 e BR-153.

Lembra que foi formada a Frente Parlamentar das Ferrovias, defende a eficiência e o baixo custo desse transporte, e acrescenta que não diminuiria o fluxo de transporte rodoviário. Informa que houve avanços de estudo sobre a implantação do sistema ferroviário, mas lamenta que não se discute mais esse assunto.

Pontua a importância de trazer esse debate à tona novamente, ligando a região centro-oeste até a região sul do Brasil, passando por Santa Catarina e, posteriormente, uma outra linha que liga o oeste catarinense até o litoral, diminuindo o Custo Brasil e tornando Santa Catarina ainda mais competitivo. *[Taquiografia: Northon]*

Partido: PT

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador) - Comunica que esteve reunido com proprietários de bares e restaurantes, e informa que 40% do setor está decretando falência em Santa Catarina, assim como o setor de eventos, cultura e quadras de futebol.

Demonstra preocupação com a cigarrinha, uma praga presente nas lavouras de milho da região oeste de Santa Catarina, que está causando prejuízos aos agricultores. Também comenta que a região oeste está enfrentando uma nova estiagem, e informa que há movimentação do Secretário da Agricultura, juntamente com muitos municípios, organizando e distribuindo água para atender as propriedades.

A respeito da população urbana atingida pela estiagem, pede que os municípios busquem alternativas e soluções para os moradores. Quanto ao perímetro rural, o Deputado lembra que acompanhou o Deputado Estadual Dirceu Dresch

até a cidade de Extrema, em Minas Gerais, para obter informações sobre o Programa de Pagamento de Serviços Ambientais, em que o Governo Estadual paga para que o agricultor preserve a nascente, causando aumento no autossustento das águas. Comenta que Santa Catarina está perfurando poços, impedindo que a água chegue até a superfície e, ao mesmo tempo, não há a preservação do entorno das nascentes para que se mantenha vertendo água.

Informa que o Deputado Dirceu Dresch criou um projeto de lei baseado no Programa de Pagamento de Serviços Ambientais executado em Extrema, Minas Gerais, e posteriormente o Governo do Estado gerou a Lei 429/09, tornando realidade em Santa Catarina o pagamento por serviços ambientais, porém a referida lei nunca foi posta em prática.

Conclui o discurso, afirmando que Governo Estadual precisa entender a importância e tomar iniciativa para executar a Lei 429/09, por ser mais rentável e sustentável. *[Taquiografia: Northon]*

Partido: MDB

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Orador) - Lamenta os registros de óbitos por Covid-19 no País e pede a Deus que minimize as dores dos familiares das vítimas.

Menciona a importância da fala do Deputado Silvio Dreveck sobre a infraestrutura no Estado de Santa Catarina, e da fala do Deputado Fabiano da Luz a respeito da nova estiagem e a praga nas plantações de milho no oeste catarinense. Comenta que Santa Catarina tem o milho como prioridade de matéria-prima na produção de alimentos para a pecuária. Conta que em 2019 e 2020 Santa Catarina colheu em torno de 3 milhões de toneladas para o consumo de rações, e em média 2 milhões de toneladas para silagem. Acredita que neste ano a colheita de milho para grão ficará em torno de 2 milhões, e mais ou menos 1,5 milhão para silagem, devido a estiagem e as pragas.

Informa que muitos agricultores usaram seus próprios recursos para plantar, ou seja, não possuem qualquer seguro, portanto terão muitos prejuízos. Já os que estão no Programa Proagro serão parcialmente ressarcidos.

Retornando na fala do Deputado Silvio Dreveck, comenta que Santa Catarina tem uma cultura de produção de pequenos animais, e a principal matéria-prima é o milho. Informa que está se tentando trazer esse produto do Paraguai, porém há um custo elevado no frete. Conclui, enfatizando a importância de priorizar e investir no transporte ferroviário em Santa Catarina. *[Taquiografia: Northon]*

Ordem do Dia

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Dá início a pauta da Ordem do Dia.

Pedido de Informação n. 0188/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, solicitando, ao Secretário de Estado da Administração, informações acerca do número de professores ACTs que tinham contrato com a Fundação Catarinense de Educação Especial tiveram seus contratos prorrogados para iniciar o ano letivo de 2021 com base na Lei Estadual nº 18.043.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0190/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca da pavimentação asfáltica da Rodovia Estadual SC-154.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0191/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca do andamento do edital de licitação para elaboração do Projeto de Restauração da Rodovia SC-350.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação 0192/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca da obra de restauração do pavimento na SC 416, no entrocamento com a SC-417.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0193/2021. De autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando, ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca do andamento do processo para realização da reforma da quadra de esporte da Escola Estadual Seara.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0194/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca das 90 mil cirurgias eletivas à espera, e como o Poder Executivo Estadual pretende suprir esta altíssima demanda.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0195/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca do cumprimento da Lei que permite o uso de espaços públicos ou privados, destinados à prática de esportes coletivos durante o período de estado de calamidade pública causado pela pandemia de Covid-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0196/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca dos dados técnicos e científicos que embasam a proibição da prática de modalidades esportivas coletivas de cunho recreativo, competições e afins.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0197/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling, solicitando, ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca de informações sobre os processos licitatórios para a aquisição e distribuição.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0198/2021, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, solicitando, ao Secretário de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, informações acerca das ações e medidas mitigadoras que o governo do Estado tem adotado para o enfrentamento e combate à estiagem em Santa Catarina, especialmente no âmbito da agricultura familiar.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0199/2021, de autoria do Deputado Milton Hobus, solicitando, ao Secretário de Estado da Segurança Pública, informações acerca das instruções e orientações os agentes do Comando de policiamento militar rodoviário receberam sobre a aplicação das novas regras de sinalização, instalação, monitoramento e operação de medidores de velocidade estabelecidas pela resolução CONTRAN 798.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0200/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca das medidas que estão sendo tomadas para evitar desabastecimento de insumos para tratar Covid-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0201/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca do risco de desabastecimento de medicamentos que fazem parte do "kit intubação", e das medidas que estão sendo tomadas para que tal desabastecimento não ocorra.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0202/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca de sua afirmação de que o aumento do consumo de bebidas alcoólicas que aumentaram o contágio da Covid-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0203/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca dos valores gastos com publicidade na propagação de medidas de prevenção à Covid-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0204/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca dos resultados apresentados pelas restrições realizadas aos finais de semana no Estado de Santa Catarina em relação a pandemia de Covid-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0205/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca do cumprimento de decisões judiciais que determinam que o Poder Executivo deve publicar a fila por leitos de UTI no Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0206/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado de Educação, informações acerca do número de servidores da educação que foram contaminados por Covid-19 desde o dia em que o ano letivo presencial teve início.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0207/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca da obra de revitalização da Via Expressa Sul, entre o túnel Antonieta de Barros e o trevo da Seta.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0185/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, manifestando aplauso ao Sr. Jovelci Domingos Gomes, pela posse na presidência da Associação Empresarial de Caçador

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0186/2021, de autoria do Deputado Ivan Naatz, manifestando aplauso à Presidência da Convention Bureau do Município de Blumenau, pela passagem de seus 30 anos de história.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0187/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, manifestando aplauso a secretaria de aquicultura e pesca pela passagem do dia nacional da Aquicultura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0188/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, manifestando aplauso ao Senhor Leandro Borges pela brilhante atuação e sucesso no seguimento da música gospel da contemporaneidade.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0189/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, manifestando aplauso ao Senhor Andre Marques Perrucci de Aquino, pela brilhante atuação e sucesso no seguimento da música Gospel.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0190/2021, de autoria do Deputado João Amin, manifestando aplauso à empresa Tigre Materiais e Soluções para Construção, por ter sido premiada na 9ª edição do prêmio Great Place to Work.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0191/2021, de autoria do Deputado João Amin, manifestando aplauso à empresa Ogochi Menswear, por ter sido premiada na 9ª edição do prêmio Great Place to Work.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0192/2021, de autoria do Deputado João Amin, manifestando aplauso à empresa Liberelato S/A Implementos Rodoviários, por ter sido premiada na 9ª edição do prêmio Great Place To Work.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0193/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, manifestando aplauso à Senhora Catia Gasperi, bombeira voluntária, por salvar um bebê de apenas dois meses por telefone no município de Schoreder.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0194/2021, de autoria do Deputado João Amin, manifestando aplauso ao empresário Vicente Donini, por ter sido agraciado com a ordem do mérito industrial da confederação nacional da indústria.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0195/2021, de autoria da Deputada Paulinha, manifestando aplauso aos Policiais Militares soldado Wendell Vieira, Mateus Neis e Amauri Goetten pela destreza e destemor resultante em ato de bravura ao salvar a vida de um homem que estava sendo torturado e prestes a ser executado por membros de uma facção criminosa, no município de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0196/2021, de autoria da Deputada Paulinha, manifestando aplauso a Secretaria do Estado da Fazenda, pela prorrogação do Convênio ICMS 147 de 15 de dezembro de 1992.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0197/2021, de autoria do Deputado João Amin, manifestando aplauso à Cervejaria Lohn Bier, por ter sido premiada por inovações e ingredientes locais, sendo destaque no concurso brasileiro de cervejas 2021.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0198/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, manifestando aplauso aos policiais militares de Santa Catarina, 3º Sargento Elizeu Gomes França e Soldado Leonardo Vieira neves, por impedirem uma tentativa de suicídio, ocorrido no Município de São Cristóvão.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0199/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima, manifestando aplauso aos Policiais Militares Soldados Bruno Indalencio Gavioli e Klemerson Ricardo Osmar Cruber, pelo ato de salvamento de um senhor que estava tendo um infarto agudo do miocárdio.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0412/2021, de autoria do Deputado Ivan Naatz, solicitando, ao Diretor-Presidente do Hospital OASE de Timbó, informações acerca do valor total de recursos recebidos pelo hospital OASE de Timbó.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0424/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima, solicitando, ao Diretor Geral do Porto de São Francisco do Sul, informações acerca das condições de trabalho dos Agentes de Guarda Portuária do supracitado Porto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0403/2021, 0418/2021, 0419/2021 e 0420/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0404/2021, 0405/2021, 0406/2021, 0407/2021, 0408/2021, 0409/2021, 0410/2021 e 0411/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 0416/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão; 0421/2021, de autoria do Deputado Coronel Mocellin; 0422/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso; e 0423/2021, de autoria do Deputado João Amin.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0514/2021, de autoria do Deputado Pe. Pedro Baldissera; 0541/2021, 0542/2021, 0543/2021, 0544/2021, 0545/2021, 0553/2021, 0554/2021 e 0555/202, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0547/2021, 0548/2021, 0567/2021 e 0589/2021, de autoria do Deputado Ivan Naatz; 0549/2021 e 0550/2021, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto;

0551/2021, 0557/2021, 0566/2021, 0576/2021, 0577/2021 e 0578/2021, de autoria do Deputado João Amin; 0552/2021, de autoria do Deputado Jair Miotto; 0556/2021 e 0563/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling; 0558/2021, 0559/2021 e 0560/2021, de autoria do Deputado Fabiano da Luz; 0561/2021 e 0562/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes; 0564/2021, de autoria do Deputado Milton Hobus; 0568/2021, 0569/2021, 0570/2021, 0571/2021, 0572/2021, 0573/2021 e 0574/2021, de autoria da Deputada Paulinha; 0575/2021, de autoria da Deputada Marlene Fengler; 0579/2021, 0580/2021, 0581/2021, 0582/2021, 0583/2021, 0584/2021 e 0585/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber; 0586/2021, 0587/2021 e 0588/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima.

Finda a pauta da Ordem do Dia. [Transcrição: Taquígrafa Sara]

Explicação Pessoal

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Não havendo oradores inscritos em Explicação Pessoal, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para a semana subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquígrafa Sara]

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 169, de 06 de abril de 2021

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 20 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

DESIGNAR o servidor **PAULO CESAR DOS SANTOS**, matrícula nº 8269, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, como membro da Comissão Legal – Transparência Institucional, atribuindo-lhe a gratificação de exercício no valor equivalente a PL/FC-3, a contar de 1º de abril de 2021.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto – Secretário

ATO DA MESA Nº 170, de 06 de abril de 2021

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 20 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

DESIGNAR o servidor **THAMIRIS RAPOSO SILVA LITRAN DOS SANTOS**, matrícula nº 7229, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, como membro da Comissão Legal – Acompanhamento das Contas Públicas, atribuindo-lhe a gratificação de exercício no valor equivalente a PL/FC-3, a contar de 1º de abril de 2021.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto – Secretário

ATO DA MESA Nº171, de 06 de abril de 2021

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

INCLUIR no Grupo de Trabalho para Fiscalização e Acompanhamento de Obra de Recuperação Estrutural do Palácio Barriga Verde os servidores abaixo relacionados, a contar de 1º de abril de 2021:

Matrícula	Nome
6694	MABEL COELHO LUNARDI
10888	LUCIO MALLMANN
3579	OLAVO TURCATO

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto – Secretário

_____ * * * _____

ATO DA MESA Nº 172, de 06 de abril de 2021.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JULIO CESAR MARTINS**, matrícula nº 3702, do cargo de Coordenador de Redes, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de abril de 2021 (DTI - COORDENADORIA DE REDES).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto – Secretário

_____ * * * _____

ATO DA MESA Nº 173, de 7 de abril de 2021.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c L.C. nº739/2019.*

Art. 1º DESIGNAR o servidor **CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT**, matrícula nº 2016, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Orçamento Estadual, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2021 (DL - COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL).

Art. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, enquanto estiver no exercício de função de confiança, o servidor não perceberá adicional de exercício.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto – Secretário

_____ * * * _____

ATO DA MESA Nº 174, de 7 de abril de 2021

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: DISPENSAR o servidor **GUSTAVO DZIS GIACOMINI**, matrícula nº 6306, da função de Chefia de Seção - Sonorização, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2021 (DG - Diretoria de Comunicação Social).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto – Secretário

_____ * * * _____

ATO DA MESA Nº 175, de 7 de abril de 2021.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c L.C. nº739/2019.*

Art. 1º DESIGNAR o servidor **GUSTAVO DZIS GIACOMINI**, matrícula nº 6306, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Orçamento Estadual, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2021 (DL - COORDENADORIA DO ORÇAMENTO ESTADUAL).

Art. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, enquanto estiver no exercício de função de confiança, o servidor não perceberá adicional de exercício.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto – Secretário

_____ * * * _____

ATO DA MESA Nº 176, de 07 de abril de 2021.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR CEDENIR ALBERTO SIMON, matrícula nº 2951, do cargo de Assessor de Comunicação Social, código PL/ASC-2, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de abril de 2021 (DG – Diretoria de Comunicação Social).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto – Secretário

_____ * * * _____

ATO DA MESA Nº 177, de 07 de abril de 2021

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: DISPENSAR a servidora **ROSSANA MARIA BORGES ESPEZIN**, matrícula nº 5280, da função de Chefia de Seção - Apoio Administrativo, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2021 (GP – Diretoria Geral).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto – Secretário

_____ * * * _____

ATO DA MESA Nº 178 de 07 de abril de 2021

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

Art. 1º DESIGNAR a servidora **ROSSANA MARIA BORGES ESPEZIN**, matrícula nº 5280, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica - Consultoria, código PL/FC-5 do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2021 (MD – Consultoria Legislativa).

Art. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, enquanto estiver no exercício de função de confiança, o servidor não perceberá adicional de exercício.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto – Secretário

_____ * * * _____

ATO DA MESA Nº 179, de 07 de abril de 2021

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 20 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015*

DESIGNAR o servidor **CARLOS JOSE MORTARI**, matrícula nº 2686, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, como membro da Comissão Legal – Recebimento de Materiais, atribuindo-lhe a gratificação de exercício no valor equivalente a PL/FC-3, a contar de 1º de abril de 2021.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto – Secretário

_____ * * * _____

ATO DA MESA Nº 180, de 07 de abril de 2021

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 20 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

DESIGNAR o servidor **DANIEL MONTEIRO MAURICIO**, matrícula nº 9233, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, como membro da Comissão Legal – Recebimento de Materiais, atribuindo-lhe a gratificação de exercício no valor equivalente a PL/FC-3, a contar de 1º de abril de 2021.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto – Secretário

_____ * * * _____

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**DESPACHO**

Assunto: Cumprimento do Ofício OF/PDT/SC Nº 01/2021, que indica o Deputado Rodrigo Minotto como líder da Bancada do PDT

Processo: OF/PDT/SC 001/2021

Interessados: Deputado Rodrigo Minotto e Deputada Paulinha

DESPACHO

A Mesa em análise ao pedido do Presidente Estadual do Partido Democrático Trabalhista, o qual determinou a suspensão partidária da Deputada Paulinha, pelo prazo de 90 dias; por unanimidade dos presentes, determina a suspensão da Deputada Paulinha das funções de Líder do PDT, enquanto vigorar a decisão partidária, em atenção à decisão da Comissão de Ética Disciplinar Nacional do PDT.

À Diretoria Legislativa.

Publique-se.

Florianópolis, 31 de março de 2021.

Deputado Mauro de Nadal
Presidente

LL/RHD

_____ * * * _____

PORTARIAS**PORTARIA Nº 902, de 06 de abril de 2021**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício de suas atribuições, com amparo no artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 195, de 16 de junho de 2020, e o Ato da Mesa nº 149, de 30 de abril de 2020,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor **SERGIO NEVES SELAU**, matrícula nº 9736, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Coordenador de Tesouraria, código PL/DAS-6, com fundamento no art. 45, incisos II e VIII da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, a realizar despesas sob o regime de adiantamento no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para pagamento de diárias a deputados e servidores, por conta da Subação 1138 – Administração de Pessoal e Encargos, e Natureza de Despesa 33.90.14.14 – Diária Civil.

Luiz Alberto Metzger Jacobus

Diretor-Geral

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 909, de 6 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **DANIELA DE CAMPOS**, matrícula nº 7732, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-58, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de abril de 2021 (LIDERANÇA DO PSC).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 910, de 6 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **VALDECIR VARGAS**, matrícula nº 5691, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de abril de 2021 (GAB DEP JAIR MIOTTO).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 911, de 6 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR ANNY MAITE ODA PERONDI, matrícula nº 9454, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2021 (DL – CC – COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 912, de 6 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR FABIO ALLAN FIEDLER, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-78, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP ANA PAULA DA SILVA - BLUMENAU).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 913, de 6 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015

NOMEAR JOACI CIDADE ALVES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-81, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP SERGIO MOTTA).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 914, de 7 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **MARIA IZABEL AVILA DA SILVA CARIONI**, matrícula nº 6296, de PL/GAB-79 para o PL/GAB-85 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2021 (GAB DEP MARLENE FENGLER).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 915, de 7 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **PATRICIA DOS SANTOS**, matrícula nº 9276, de PL/GAB-68 para o PL/GAB-75 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2021 (GAB DEP MARLENE FENGLER).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 916, de 7 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **ROSSANI THOMAS**, matrícula nº 7776, de PL/GAB-76 para o PL/GAB-77 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2021 (GAB DEP MARLENE FENGLER).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 917, de 7 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **ELDIMAR CLAUDIO JAGNOW**, matrícula nº 3365, de PL/GAB-80 para o PL/GAB-81 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2021 (GAB DEP MARLENE FENGLER).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 918, de 7 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **ROBERTO TRIBESS**, matrícula nº 10850, de PL/GAB-62 para o PL/GAB-86 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2021 (GAB DEP IVAN NAATZ).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 919, de 7 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **GELSON LUIZ SIMIONI**, matrícula nº 8632, de PL/GAB-25 para o PL/GAB-36 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2021 (GAB DEP MARLENE FENGLER).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 920, de 7 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ERALDO NEVES**, matrícula nº 6917, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de abril de 2021 (DL - CC - COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 921, de 7 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **LUCIANA CASTRO ALTHOFF**, matrícula nº 7786, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de abril de 2021 (DL - CC - COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 922, de 7 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR LUCIANA CASTRO ALTHOFF, matrícula nº 7786, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de abril de 2021 (DL – CC – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 923, de 7 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR ERALDO NEVES, matrícula nº 6917, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de abril de 2021 (DL – CC – COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 924, de 7 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR DANIELA DE CAMPOS, matrícula nº 7732, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de abril de 2021 (GAB DEP JAIR MIOTTO).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 925, de 7 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR VALDECIR VARGAS, matrícula nº 5691, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-65, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de abril de 2021 (LIDERANÇA DO PSC - BIGUAÇU).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 926, de 7 de abril de 2021

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **CLERSON LARROYD**, matrícula nº 2138, na DA - Coordenadoria de Serviços Técnicos, a contar de 7 de abril de 2021.

Luiz Alberto Metzger Jacobus

Diretor-Geral

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 927, de 7 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **CELSON ANTÔNIO SURDI**, matrícula nº 8802, de PL/GAB-57 para o PL/GAB-65 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de abril de 2021 (GAB DEP ROMILDO TITON).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 928, de 7 de abril de 2021

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT**, matrícula nº 2016, na DL - Coordenadoria do Orçamento Estadual, a contar de 1º de abril de 2021.

Luiz Alberto Metzger Jacobus

Diretor-Geral

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 929, de 7 de abril de 2021

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **GUSTAVO DZIS GIACOMINI**, matrícula nº 6306, na DL - Coordenadoria do Orçamento Estadual, a contar de 1º de abril de 2021.

Luiz Alberto Metzger Jacobus

Diretor-Geral

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 930, de 07 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR CEDENIR ALBERTO SIMON, matrícula nº 2951 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-67, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de abril de 2021 (DL - Colegiado de Bancadas).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 932, de 7 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR FABIANO MORFELLE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP ANA PAULA DA SILVA - TIJUCAS).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

----- * * * -----

PORTARIA Nº 933, de 7 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR ALLAN ROGERIO FERNANDES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP JEAN KUHLMANN - BLUMENAU).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

----- * * * -----

PORTARIA Nº 934, de 7 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR TATHIANA RAMOS QUARESMA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP JEAN KUHLMANN - BLUMENAU).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

----- * * * -----

PORTARIA Nº 935, de 7 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR TAINARA REGINA DA SILVA ROSA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP JEAN KUHLMANN).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

----- * * * -----

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0096.3/2021

Altera a Lei nº 17.902, de 2020, que “Dispõe sobre a aplicação de multa para pessoas que participem da tradição açoriana conhecida como ‘Farra do Boi’ em Território catarinense”, para aumentar o valor da multa aplicada aos infratores.

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 17.902, de 27 de janeiro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O descumprimento desta Lei sujeitará os infratores, além das penalidades previstas na legislação federal, à multa de:

I – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dobrados no caso de reincidência, aos promotores e divulgadores;

II – R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dobrados no caso de reincidência, a cada um dos participantes identificados; e

III – R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dobrados no caso de reincidência, àqueles que comercializarem, transportarem, bem como o dono do veículo que foi utilizado para a realização dessa prática.

IV - R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dobrados no caso de reincidência, o proprietário, comodatário ou o possuidor do imóvel privado que permita a realização da farra do boi em sua propriedade.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da aplicação das multas serão destinados ao Fundo de Melhoria da Polícia Militar (FUMPOM), enquanto não houver o Fundo Estadual de Proteção Animal. (NR)”

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 17.902, de 27 de janeiro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º A omissão do Chefe do Poder Executivo em coibir a prática da “Farra do Boi” em seu município ensejará a aplicação de sanções civis, penais e administrativas cabíveis. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 17.902, de 2020.

Sala das Sessões,

Deputado Marcius Machado

*Lido no Expediente
Sessão de 07/04/21*

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei visa alterar o art. 2º da Lei nº 17.902, de 27 de janeiro de 2020, com objetivo de aumentar o valor da pena de multa aplicada aos infratores que promovem, divulgam e participam da Farra do Boi, bem como incluir pena de multa aqueles que comercializarem e transportarem o boi com a finalidade dessa prática.

A Farra do Boi, comumente chamada pelos nativos de “tradição”, é um ato cruel de linchamento de um bovino que ocorre durante longo espaço de tempo, até o animal ficar exausto. Após a “brincadeira” o animal é devolvido aos pastos e abatido ou usado novamente para a Farra., em outros casos é abandonado, e devido à gravidade dos ferimentos, o boi tem que ser sacrificado após ser encontrado pelas autoridades. A prática é considerada ilegal no Brasil desde 1998, mas ainda acontece.

Conforme estabelece a Constituição Federal no inciso VII, do § 1º, do seu art. 225, são vedadas as práticas que submetam animais à crueldade, a qual ocorre da maneira indiscriminada nos eventos denominados “Farra do Boi”, e o mesmo dispositivo estabelece que o Poder Público tem o dever de garantir a efetividade desse direito à proteção dos animais.

Ainda, a Lei nacional nº 9605, de 12 de fevereiro de 1998, no seu art. 32 prevê pena de detenção de três meses a um ano, e multa para quem “praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos”.

O Supremo Tribunal Federal, em 3 de junho de 1997, por meio do Recurso Extraordinário nº 153.531-8/SC; RT 753/101, proibiu a prática em território catarinense, por força de acórdão, no julgamento da Ação Civil Pública de nº 023.89.030082-0. Segundo interpretação do STF, a farra do boi é intrinsecamente cruel e por isso é qualificada como crime.

Embora proibida, a Farra do Boi continua sendo realizada em várias cidades de Santa Catarina. A repressão ao ato e seus participantes é considerada insuficiente por todas as entidades envolvidas nos esforços de erradicação da farra.

Desse modo, como forma de educação visando a coibir essas práticas criminosas, entendo que se faz necessário endurecer a penalidade de multa para o cidadão catarinense que se envolva nesses eventos.

Por fim, na nova redação que ora proponho ao art. 2º da Lei nº 17.902, de 2020, que fixa os valores das multas, aproveito para transpor para esse dispositivo, por pertinência temática, a prescrição já originalmente contida no parágrafo único de seu art. 3º, no sentido de que os “recursos provenientes da aplicação das multas serão destinados ao Fundo de Melhoria da Polícia Militar (FUMPOM)”. Ao mesmo tempo, em face disso, igualmente proponho adaptar a redação do original art. 3º, extirpando/revogando o seu mencionado parágrafo único, que, como dito, ora transponho.

Isso posto, solicito o apoio dos demais Pares à aprovação do presente Projeto de Lei.

Deputado Marcius Machado

PROJETO DE LEI Nº 0097.4/2021

Altera a Lei nº 12.854, de 2003, que “Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais”, para assegurar o fornecimento de alimentação e água aos animais em situação de abandono que circulam pelos condomínios, residenciais e comerciais, privados, por qualquer pessoa física ou colaborador de pessoa jurídica.

Art. 1º O Art. 3º-A da Lei nº 12.854, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º-A. Fica assegurado o fornecimento de alimentação e água aos animais em situação de abandono, chamados cães e gatos comunitários, que circulam em condomínios residenciais e comerciais, fechados ou não, por qualquer pessoa física ou colaborador de pessoa jurídica.”

.....(NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Marcius Machado

*Lido no Expediente
Sessão de 07/04/21*

JUSTIFICAÇÃO

Inicialmente é importante destacar que a Lei nº 12.854, de 22 de dezembro de 2003, que “Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais” já assegura o fornecimento de alimentação e/ou água aos animais que estão na rua, por qualquer pessoa física ou colaborador de pessoa jurídica no espaço público (art. 3º-A).

A proposta em tela visa assegurar, também, aos animais em situação de abandono, que circulam em condomínios, residenciais e comerciais, privados, por qualquer pessoa física ou colaborador de pessoa jurídica.

É necessário frisar que, conforme determina a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, todos os animais possuem direito à vida, ao respeito e à proteção do homem, e não devem ser maltratados e abandonados.

Nesse sentido, dispõe a nossa Carta Magna, em seu artigo 225, § 1º, VIII, que os animais são dotados de sensibilidade, impondo à sociedade e ao Estado o dever de respeitar a vida, a liberdade corporal e a integridade física desses seres, além de proibir expressamente as práticas que submetam à crueldade qualquer animal.

Certo da importância da proposição que ora apresento, peço aos demais pares a aprovação deste Projeto de Lei.

Deputado Marcius Machado

REQUERIMENTO

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
REQUERIMENTO 20.2/2021**

Os(As) Deputados(as) que este subscrevem, com amparo no art. 40 do Regimento Interno, REQUEREM a constituição da Frente Parlamentar de Acompanhamento dos dados do Óbitos por Covid-19 em Santa Catarina. Com a finalidade de esclarecer os dados dos óbitos, conforme determina o Conselho Federal na Medicina, através da Resolução 2171, de 30 de outubro de 2017, de forma a esclarecer a realidade do tratamento e condições dos leitos de enfermaria e UTI nas unidades Públicas, Privadas, Filantrópicas e Unidades de Pronto-Atendimento nos municípios de Santa Catarina.

Sala das Sessões,

Deputado Kennedy Nunes

*Lido no Expediente
Sessão de 07/04/21*

TERMO DE ADESÃO

Os(As) Parlamentares que este subscrevem, com amparo no art. 40 do Regimento Interno, manifestam sua adesão à Frente Parlamentar de Acompanhamento dos dados do Óbitos por Covid-19 em Santa Catarina. Com a finalidade de esclarecer os dados dos óbitos, conforme determina o Conselho Federal na Medicina, através da Resolução 2171, de 30 de outubro de 2017, de forma a esclarecer a realidade do tratamento e condições dos leitos de enfermaria e UTI nas unidades Públicas, Privadas, Filantrópicas e Unidades de Pronto-Atendimento nos municípios de Santa Catarina.

Sala das Sessões,

Deputado Kennedy Nunes

Dep. Ismael dos Santos

Dep. Ivan Naatz

Dep. Marcius Machado

Dep. Milton Hobus

Dep. Nazareno Martins

Dep. Nilso Berlanda

Dep. Sargento Lima

Dep. Silvio Dreveck
